

A PATRIMONIALIZAÇÃO DE COMPANY TOWNS:
O CASO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA

Zâmara Elaine Anunciata Lima

Belém - 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Zâmara Elaíne Anunciata Lima

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DE COMPANY TOWNS: O CASO DE
FORDLÂNDIA E BELTERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Arquitetura, desenho da cidade e desempenho ambiental.

Orientadora: Profª. Drª. Cybelle Salvador Miranda

Belém - 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Zâmara Elaine Anunciata Lima

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DE COMPANY TOWNS: O CASO DE
FORDLÂNDIA E BELTERRA**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cybelle Salvador Miranda

Data:30/08/2019

Banca Examinadora:



Presidente: Cybelle Salvador Miranda
Doutora em Antropologia/UFPA
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPA



Examinadora interna: Celma Chaves
Doutora em Teoria e História da Arquitetura/UPC - Espanha
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-UFPA



Examinador externo: Ronaldo Marques de Carvalho
Doutor em Engenharia de Recursos Naturais/UFPA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UFPA

Belém - 2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

L732p Lima, Zâmara Elaine Anunciata
A PATRIMONIALIZAÇÃO DE COMPANY TOWNS : O
CASO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA / Zâmara Elaine
Anunciata Lima. — 2019.
90 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Cybelle Salvador Miranda
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Memória e conservação . 2. Arquitetura de
madeira. 3. Patrimonialização. 4. Company Towns. I.
Título.

CDD 720

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora desde a Iniciação Científica Professora Cybelle Salvador Miranda, a quem devo todo meu percurso como pesquisadora, pela oportunidade, sábias orientações, mas também pelos abraços e palavras de conforto e incentivo.

Ao querido professor Ronaldo Marques de Carvalho que muito contribuiu como membro da banca desde a Qualificação, mas também pela convivência no LAMEMO, pelo carinho e as conversas sobre futebol.

À professora Celma Chaves pela disponibilidade e contribuições que me foram de grande relevância.

À CAPES, afinal, sem a bolsa de 1 ano as viagens à campo e a pesquisa etnográfica ficariam prejudicadas.

Aos colegas de mestrado, de LAMEMO e LAHCA pela convivência amigável, apoio, trocas de materiais e conhecimentos a quem cito: Wagner, Lívia, Larissa, Vitória, Simone, Ana Valéria, Rebeca, Luiz, Ana Laura, Caroline, Raissa, George, Rodrigo.

Aos meus amigos que tanto me apoiaram quando eu mais precisei Thiago Braga, Bruna Nepomuceno, Laila Canto, Samara Pinto, Lucy Leal.

Aos parentes e amigos em Santarém, Belterra e Fordlândia que me deram todo o suporte com hospedagem, alimentação e transporte durante as viagens à campo: tios Arnaldo e Maria Correa, primos Alessandro Matos e Washington Correa, madrinha Maria do Carmo, Ornando e Maria José, Ambrósio e Joanice.

Finalmente à minha família, especialmente meus pais Zacarias e Eloneida, que ao meu lado não permitiram que eu desanimasse com o apoio incondicional.

À Deus pela saúde física e psicológica para que eu pudesse seguir.

In memoriam de Lídia Basile.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
FORDLÂNDIA E BETERRA: PERCURSOS ETNOGRÁFICOS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA EM MADEIRA.	
Introdução.....	11
1. Trajetória dos parâmetros de salvaguarda do Patrimônio Material	14
2. Conhecendo Belterra e redescobrimo Fordlândia através da etnografia....	21
2.1. Viagens à campo e primeiras impressões.	26
2.2. Caracterização arquitetônica e o tombamento da arquitetura em madeira	31
2.3. Tradição inventada?	37
3. Considerações Finais	42
4. Referências.....	43
A DIALÉTICA DO PATRIMÔNIO: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA	
Introdução	48
1. Arquivo Mnemônico de Lugar.....	48
2. Memória face ao presente	51
3. Sob Nova Administração	56
4. “Somos posseiros, somos ocupantes.”	61
5. O estudo de caso.....	68
6. Considerações Finais	87
7. Referências.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90

INTRODUÇÃO

O início da trajetória

Por ser natural da região do baixo Amazonas, mais especificamente da cidade de Itaituba no Pará, havia o interesse pessoal em conhecer Fordlândia e a intenção de contribuir de alguma forma para a região com a valorização da história e do patrimônio cultural do lugar através da arquitetura.

A trajetória dessa pesquisa teve início ainda na graduação com a definição do tema para o trabalho de conclusão de curso durante a estadia como bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO - UFPA) onde participei de pesquisas voltadas para o patrimônio da saúde, logo, a intenção inicial era realizar um estudo a respeito do Hospital Henry Ford por ter sido referência regional e desativado após o fim do Projeto. Porém, na primeira visita à Fordlândia, me deparei com as ruínas já quase inexistentes do hospital, sendo mais viável optar pelas residências remanescentes, em maior parte ocupadas e pouco aprofundadas do ponto de vista arquitetônico, o que deu origem ao trabalho final defendido com o título: “Fordlândia: Arquitetura norte-americana do início do século XX na Amazônia, suas tipologias e adaptações”.

Através do suporte do LAMEMO adquiri repertório teórico e conheci novas técnicas de pesquisa, dentre elas a etnografia que foi de extrema importância para a imersão em campo e o desenvolvimento do trabalho através da interpretação e representação desses dados que tive a oportunidade de aprofundar no mestrado, já que o método etnográfico trouxe novas informações e importantes questões a serem discutidas.

Por fim, após uma visita de campo, se optou por estender a pesquisa à Belterra para contrapor as duas localidades formadas pela Companhia Ford, pois me deparei com uma Fordlândia em intenso processo de modificação das casas, enquanto em Belterra aparentemente procuravam conservá-las, haja vista que no processo de tombamento em curso ambas encontram-se integradas, era necessário entender porque hoje configuram de formas distintas e quais fatores determinantes para essa diferenciação com base nos depoimentos dos moradores, entidades locais e instituição.

A delimitação do objeto

As publicações disponíveis sobre o empreendimento Ford tratam, em sua maioria, das questões históricas, econômicas e políticas que permearam o trajeto da concessão de terras ao fracasso da Companhia. É notável também que o tema é continuamente abordado em reportagens com as expressões: “cidade fantasma” ou “vila abandonada”, haja vista a evasão de moradores/ex-trabalhadores e o sucateamento da infraestrutura implantada após a decadência do Projeto.

Conforme será exposto ao longo do trabalho, Fordlândia e Belterra possuem especificidades dentre as cidades amazônicas e também entre elas, apesar de terem sido fundadas pela mesma companhia, de mesma origem norte-americana, partindo das mesmas premissas, com a mesma finalidade, ambas se encontram em contextos diferentes que se evidenciam ainda mais com o passar do tempo, sendo necessário perceber quais são esses aspectos que as diferenciam e de que forma interferem ou contribuem para a patrimonialidade.

Desse modo, além de ressaltar o valor do patrimônio cultural e material, também se enfatiza a importância da valorização dos moradores e suas memórias de forma interdisciplinar, com o apoio da etnografia. Afinal, “a visão de mundo, ou seja, a perspectiva pela qual cada pessoa enxerga os valores, as ideias, os problemas, as representações e os seus ideais de vida é um fator que vai sendo cunhado por cada grupo social ao mesmo tempo em que ele constrói seus espaços – e diríamos até: a partir da construção de seus lugares (DUARTE, 2010, p.2).

Além disso se faz necessária a compreensão do posicionamento de outros atores sociais: gestores e instituições, não menos importantes, pois são determinantes na patrimonialização desse conjunto urbano que se pretende salvaguardar através do pedido de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para isso se usou como norteador da pesquisa o seguinte questionamento: “**Patrimonialização: por quê, para quê e para quem?**” que buscou-se responder no decorrer do estudo considerando as controvérsias sobre o tombamento.

O ponto de vista

A discussão levantada no decorrer do trabalho se faz possível uma vez que se estabeleceu uma visão crítica sobre o processo de patrimonialização, especificamente do caso de Fordlândia e Belterra, e se reconheceu os diferentes

interesses e trajetórias das localidades com relação ao tombamento, que se manifestam nas diversas falas dos moradores, representantes e gestores locais.

Ambos os cenários são heterogêneos do ponto de vista etnográfico, pois existe pouco consenso quanto às diversas implicações que permeiam o tombamento com níveis de aceitação variados ou falas que não condizem com as práticas, como será aqui contextualizado. Embora, de modo geral, os moradores preocupam-se com a falta/custo de manutenção e a propriedade das casas ocupadas irregularmente, enquanto o setor público busca formas de financiamento para obras de restauração e que dessa forma consigam atrair mais turistas.

Difundir de forma mais detalhada todas as partes dessa trama que se desenrola na região advém da expectativa de fortalecer a esperança da população local que se sente esquecida, devido ao isolamento geográfico e falta de perspectivas. Assim, a possibilidade de vislumbrar novos caminhos se apresenta ao se utilizar como parâmetro experiências semelhantes já estudadas por outros pesquisadores que podem ajudar a entender e solucionar as divergências decorrentes da questão patrimonial, especialmente se combinados desenvolvimento local com o respeito à memória dos grupos sociais e ao patrimônio cultural.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar o valor atribuído à arquitetura residencial de Fordlândia e Belterra, por parte de seus moradores, em contraposição aos valores identificados pelas entidades governamentais (IPHAN e prefeituras), com o fim de discutir e justificar a pertinência da patrimonialização proposta.

Foi adotado o método etnográfico para sondar a memória dos moradores com relação às suas moradias e assim contribuir com a questão da preservação do patrimônio arquitetônico de Fordlândia e Belterra e, por fim foram contrapostos os discursos: dos moradores, representante do IPHAN (autarquia onde há em curso o processo de tombamento), e de representantes dos municípios-sede (Aveiro e Belterra), de modo a perceber elementos conflitantes e consonantes nas expectativas dos envolvidos com relação à patrimonialização desses bens.

Neste trabalho utilizou-se o método qualitativo, por meio da prática etnográfica que consiste na observação participante e envolve três formas de recolher dados: entrevistas, observação e documentos e resultam em uma descrição narrativa (GENZUK, 1993) e na análise do discurso dos atores sociais.

Deste modo, a dissertação foi estruturada em forma de artigo, sendo composto por dois artigos, cada um referente a temáticas que se complementam.

O primeiro artigo “Fordlândia e Belterra: percursos etnográficos e a patrimonialização da arquitetura em madeira” trata dos aspectos patrimoniais, a partir de novos parâmetros de salvaguarda do patrimônio cultural e aborda a memória dos moradores como forma de valoração do patrimônio cultural e na construção da patrimonialidade tal, usa-se a etnografia para captar nas narrativas dos indivíduos as manifestações das memórias latentes e aferir nas conversas a identidade com a história do lugar, a influência do espaço construído nas categorias sociais e a relação com as casas em madeira, caracterizar essa arquitetura que ora se assemelha aos tipos palafitas, ora aos típicos bangalôs norte-americanos.

O segundo artigo “A dialética do patrimônio: a patrimonialização de Fordlândia e Belterra” se inicia com a utilização da ferramenta Arquivo Mnemônico de lugar para análise de discursos e a partir das metáforas mais recorrentes nas falas dos entrevistados foram discutidas as mais relevantes, haja vista as dificuldades nesse processo como longas distâncias e isolamento, inexistência de regularização fundiária, falta de políticas públicas de preservação, dentre outras que têm servido de argumentação para o abandono e desmantelo de boa parte do acervo arquitetônico com particularidades da arquitetura residencial norte-americana. Também foi pertinente contrapor as falas dos moradores, representantes municipais e da instituição de salvaguarda federal para detectar possíveis divergências de perspectivas e as principais controvérsias nesse cenário que se torna heterogêneo com relação às duas localidades.

FORDLÂNDIA E BETERRA: PERCURSOS ETNOGRÁFICOS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA EM MADEIRA

Zâmara Elaine Anunciata Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Resumo

O interesse na preservação do conjunto urbano de Fordlândia e Belterra se explica pela importância histórico-cultural-econômica principalmente para a Amazônia, com um dos primeiros grandes projetos implantados da região. Foi idealizado e financiado pela indústria Ford para o cultivo da seringa e extração do látex vegetal que fora utilizado como base na produção dos pneus de automóveis fabricados pela Companhia. Com a decadência e o abandono do projeto pela Ford, o lugar ficou conhecido como "cidade fantasma", entretanto permaneceu ocupado principalmente pelas famílias de ex-funcionários e ex-prestadores de serviços, em geral vindos de regiões próximas. Em virtude disso, o artigo aborda a memória dos moradores como forma de valoração do patrimônio cultural e na construção da patrimonialidade iniciando com um sucinto percurso pela trajetória dos parâmetros de salvaguarda e do conceito de patrimônio cultural para se entender as mudanças que culminaram no interesse em preservar a arquitetura em madeira no Brasil. Para tal, adotou-se o método qualitativo com aplicação da etnografia para incursão em campo, a fim de captar nas narrativas dos indivíduos as manifestações das memórias latentes e aferir nas conversas a identidade com a história do lugar, a influência do espaço construído nas categorias sociais e a relação com as casas em madeira, caracterizar essa arquitetura que ora se assemelha aos tipos palafitas, ora aos típicos bangalôs norte-americanos considerando-se que há elementos necessários para a patrimonialização, mas reconhecendo as dificuldades em se manter a integridade das casas em madeira, sobretudo em região de clima úmido.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Etnografia, Fordlândia, Belterra, Amazônia, Pará.

FORDLÂNDIA E BETERRA: PERCURSOS ETNOGRÁFICOS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA EM MADEIRA

Zâmara Elaine Anunciata Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Abstract

The interest in the preservation of the urban area of Fordlandia and Belterra is explained by the historical-cultural-economic importance mainly for the Amazon, with one of the first major projects implemented in the region. It was designed and funded by the Ford industry for the cultivation of the syringe and the extraction of vegetable latex that had been used as a basis for the production of Company-made car tires. With the Ford's decay and abandonment of the project, the place became known as a "ghost town," however it remained mainly occupied by the families of former employees and former contractors, often from nearby regions. Because of this, the article approaches the memory of the residents as a way of valuing cultural heritage and in the construction of heritage starting with a succinct journey through the path of safeguard parameters and the concept of cultural heritage to understand the changes that culminated in the interest in preserve wood architecture in Brazil. For this purpose, the qualitative method was adopted, applying ethnography for field incursion, in order to capture in the narratives of individuals the manifestations of latent memories and to verify in conversations the identity with the history of the place, the influence of the space constructed in the categories. and the relationship with the wooden houses, besides characterizing this architecture that sometimes resembles the stilts types, sometimes the typical North American bungalows, considering that there are necessary elements for the patrimonialization, but recognizing the difficulties in maintaining the integrity of the wooden houses, especially in humid regions.

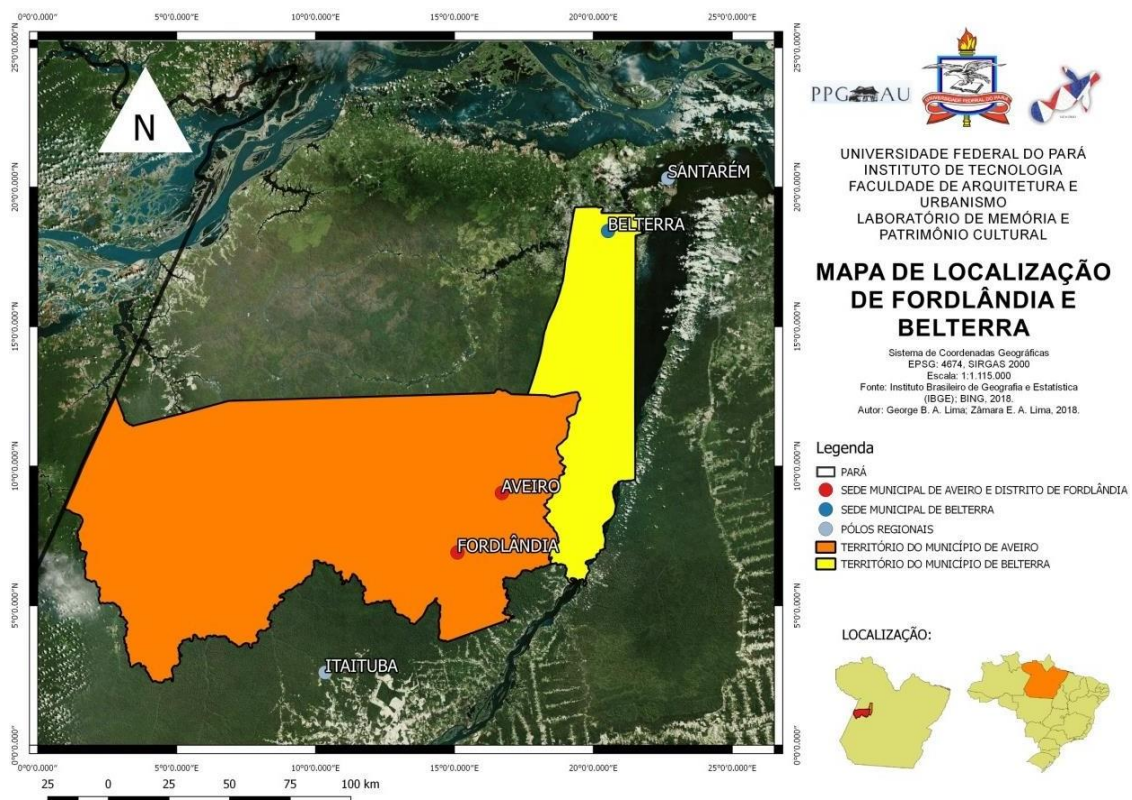
Keywords: Memory, Heritage, Ethnography, Fordlandia, Belterra, Amazon, Pará.

Introdução

Fordlândia, como ainda é conhecida, trata-se da localidade fundada no final da década de 20 do século passado, após uma concessão de terras na Amazônia aos norte-americanos da empresa automobilística Ford Motor Company, que fez grandes investimentos em infraestrutura nessa região, com o objetivo de cultivar seringueiras para extração do látex vegetal utilizado como base na produção de pneus fabricados pela Companhia e dessa forma conquistar a autossuficiência na produção de automóveis

Porém, a primeira tentativa falhou e em meados da década de 30 o empreendimento mudou-se, após uma permuta de terras, para outra localidade, que foi chamada **Belterra**. Conseqüentemente houve o deslocamento também de investimentos, dos americanos e muitas famílias de trabalhadores, além do abandono de parte do aparato ali inserido. Até que em 1945 a Ford decidiu desativar o Projeto e transferiu todo o acervo para o governo brasileiro passando a serem, ambas as sedes, administradas pelo Ministério da Agricultura (SPHAN/Pró memória, 1989).

Imagem 1. Mapa de localização de Fordlândia e Belterra no estado do Pará.



Autores: George B. A. Lima; Zâmara E. A. Lima.

Não concerne ao presente artigo tratar sobre as causas que resultaram no declínio e extinção do empreendimento, assunto abordado normalmente visando a história econômica das relações entre Brasil e Estados Unidos. Entretanto, o enfoque é

decorrente do legado deixado, pois ainda é possível encontrar vestígios (Imagem 2) desse período nas caixas d'água de ferro e hidrantes, na arquitetura peculiar de estilo norte-americano e urbanização de cidade-empresa do início do século XX e nos galpões que ainda resistem guardando o maquinário, móveis e veículos inutilizados.

Imagem 2. Alguns dos vestígios encontrados: **1.** O chamado “Cercado” onde aparece um dos galpões e a caixa d'água de ferro; **2.** Hidrante encontrado em uma área já descampada.



Fotos: Zâmara Lima, 2018.

Presume-se que o uso das expressões "cidades fantasma" e/ou "abandonadas" tenha se originado metaforicamente para simbolizar o abandono do lugar e de todo este equipamento, pela empresa e seus funcionários, a respeito do qual existem livros, documentários e algumas matérias jornalísticas que muitas vezes promovem a disseminação de uma falsa percepção de povoação desabitada, principalmente com o uso de fotografias como as da **Imagem 2** que exibem lugares específicos, importantes para o reconhecimento do lugar, mas que isolados transmitem apenas a percepção parcial induzindo os leitores ao erro de que a cidade é realmente “fantasma”, com exceção de alguns documentários produzidos que dão voz à antigos moradores, como por exemplo “Fordlândia” (2008), dirigido por Marinho Andrade e Daniel Augusto.

Imagem 3. Recortes com manchetes e trechos de jornais online que fazem alusões à Fordlândia como uma “Cidade fantasma” ou “povoação abandonada”.



- Disponíveis em: 1. <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/06/O-arquiteto-que-estuda-as-%E2%80%98cidades-fantasmas%E2%80%99-brasileiras>>
 2. <<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/25/cidade-fantasma/>>
 3. <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/10/livro-conta-historia-de-decadencia-de-cidades-fantasmas-do-brasil.htm>>
 4. <<https://www.gazetaonline.com.br/erro?id=db034cc1b8498e65e9c11f9b73f5e818&from=/opiniao/artigos/2017/03/fordlandia-e-terceirizacao-1014040032.html>>

Todavia, as localidades permaneceram/permanecem ocupadas, principalmente pelas famílias de funcionários aposentados, ex-funcionários e ex-prestadores de serviços da Companhia, em geral vindos de regiões próximas. Muitos deles guardam memórias dos tempos que ainda vivenciaram a tutela da Companhia Ford e posteriormente do Ministério da Agricultura, onde alguns continuaram como funcionários públicos. Para essas pessoas, essas estruturas construídas podem ser verdadeiramente importantes, pois são parte da vida visual, por isso talvez devam permanecer naquela ordem de percepção e imaginação, fundamentalmente como objetos visuais silenciosos. (BOLLAS, 2000)

Considerando-se que a vila de Ford e Belterra foram compreendidas como de interesse à preservação através da petição de tombamento no processo de número 1311 referente ao *Conjunto Urbano de Áreas Urbanas de Belterra e Fordlândia* iniciado no ano de 1990 (Tabela de Processos de Tombamento – IPHAN, 2018) e até o momento

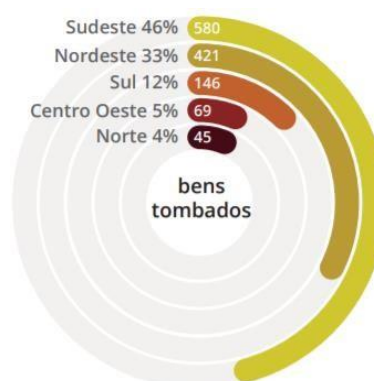
não foi concluído por alguns fatores determinantes, sejam políticos, administrativos, ambientais e até geográficos, deve-se destacar os moradores como os principais agentes de proteção desse patrimônio.

Em virtude disso, o artigo aborda as memórias coletivas e individuais dos moradores como forma de valoração do patrimônio cultural e na construção da patrimonialidade. Desse modo, adotou-se o método qualitativo com aplicação da etnografia para incursão em campo, a fim de captar nas narrativas dos indivíduos as manifestações das memórias latentes e aferir nas conversas a identidade com a história do lugar, a influência do espaço construído nas categorias sociais e a relação com as casas em madeira, além de caracterizar essa arquitetura que ora se assemelha aos tipos palafitas, ora aos típicos bangalôs norte-americanos.

1. Trajetória dos parâmetros de salvaguarda do patrimônio material

A região Norte, segundo informações do Departamento de Patrimônio Material (Depam/IPHAN) é a que possui menor número de bens reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro pelo tombamento, se comparada às outras regiões do país (Imagem 4). São muitos os desafios que dificultam o reconhecimento e gestão desse patrimônio, dentre eles as longas distâncias, dificuldades de locomoção e comunicação. Por esse motivo muitos bens culturais patrimonializáveis continuam sem tombamento, especialmente na Amazônia, como é o caso de Fordlândia e Belterra, apesar da petição em análise desde 1990 e do próprio interesse local. (LIMA, 2018)

Imagem 4. Bens tombados por região no Brasil.



Fonte: Política do Patrimônio Cultural Material, IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf

Nessa perspectiva, antes que se iniciem as questões específicas relativas às duas localidades, faz-se necessária uma sucinta abordagem sobre as mudanças que ocorreram nos conceitos de patrimônio cultural e nas políticas de salvaguarda adotadas, até as atuais discussões sobre bens culturais que serviram de diretrizes para justificar

a inserção dos conjuntos urbanos aqui estudados no contexto nacional.

No Brasil, o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 foi o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que definiu o patrimônio como sendo:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Como segue no parágrafo 1º do decreto:

Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos 4 Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta Lei.

Implica que o poder público (em qualquer uma das esferas) é quem institui o patrimônio cultural e são considerados tal qual somente os bens tombados, ou seja, o tombamento tinha o papel de aferir valor cultural ao bem material (MENESES, 2012), embora ainda se reflita nos dias atuais, pois “muitos reconhecem como patrimônio apenas os monumentos/bens patrimoniais que foram oficialmente denominados como tal” (LOPIS, 2017, p. 15).

A trajetória dessas mudanças teve início entre as décadas de 1970-1980 com o reconhecimento de “novos patrimônios”, quando “os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares” e resultou em “esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades” (POULOT, 2009. p. 9). Processo que favoreceu o início da democratização das políticas de preservação:

A pesquisa da documentação relativa à política de preservação, referente a 1964, 1975, 1976, permite afirmar que o marco de inovação é a Carta de Veneza, de 1964. Os sítios urbanos e rurais, obras modestas, mas de importância cultural, igualaram-se, em valor cultural, aos monumentos. A vizinhança desses sítios tornou-se objeto de preservação. Infere-se da análise dessa Carta uma concepção mais abrangente de monumento que escapa do sentido restritivo atribuído pela História dos grandes eventos (...). (IPHAN, 2016)

A Carta de Veneza¹ (1964) é considerada um marco inicial dessa transformação, pois “as ideias de conservação foram estendidas também às cidades e a malha urbana como um todo”, porém privilegiando os valores estéticos dos monumentos. O que se sustenta desde o período Renascentista quando a ideia de patrimônio passou a ser

¹ Carta de Veneza (1964) – Elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) com a finalidade de suprir a carência de um plano internacional de conservação e restauro de bens culturais.

atrelada à perspectiva de beleza. (SAPIEZINKAS, 2008, p.83)

Do mesmo modo na preservação patrimonial brasileira, a ideia de “patrimônio histórico”, como era chamado, seguiu uma política cultural de “Pedra e Cal”, na qual predominou a perspectiva estética dos bens materiais. (LOPIS, 2017.), por consequência, ainda hoje associa-se o termo “patrimônio” a edifícios imponentes, como palácios, palacetes e grandes sobrados de uma determinada época.

Apesar das inovações nas políticas de preservação e circulação de documentos mais progressistas, como a Declaração de Amsterdã² (1975), o reconhecimento da natureza social do patrimônio ambiental urbano sofreu (e ainda sofre) muita resistência por parte de alguns círculos técnicos mais conservadores, eles rejeitavam as mudanças que, então, começavam a difundir-se (MENESES, 2006).

No mesmo período, o Brasil passava por uma crise econômica que culminou na necessidade de modernizar o conceito de preservação, nesse ínterim o SPHAN foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como é atualmente conhecido. A partir disso, o patrimônio surge como um conceito mais abrangente de bem cultural e criam-se Programas de restauração e preservação para “investir recursos na recuperação do patrimônio cultural urbano com vistas ao turismo como fator de desenvolvimento econômico local e regional”. (Portal IPHAN, 2016)

No decorrer dos anos, com a mudança dos conceitos que orientam a atuação dos órgãos de proteção, foram sendo necessários novos instrumentos legislativos para devidas atualizações. Dentre as mudanças, ressalta-se o fato de que o patrimônio (especialmente o patrimônio arquitetônico aqui referido), adquiriu maior viés antropológico nas autarquias de proteção, em um campo que predominavam arquitetos e historiadores (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p.22).

Em “Antropologia e o patrimônio cultural: Diálogos e desafios contemporâneos” (2007) no artigo “A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil” os autores, ao fazerem comentários sobre os trabalhos que foram considerados marcos nas reflexões antropológicas sobre o patrimônio no Brasil mencionam a tese de doutorado de José Reginaldo Gonçalves (UFRJ-1989), “intitulada *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, defendida na Universidade da Virginia (EUA), orientada por Richard Handler e transformada no livro *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996)” na qual ele analisa os discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, um dos idealizadores e primeiro diretor do SPHAN (1937-1979), e de Aloísio Magalhães, que esteve à frente do SPHAN/Pró-Memória (1979-1983) e foi

² Declaração de Amsterdã (1975) – Documento que foi resultado do Congresso de Amsterdã, cujo objetivo eram considerações sobre a arquitetura característica da Europa e a cooperação dos países europeus na preservação e valorização desse patrimônio.

decisivo para a sua transformação, “duas narrativas centrais na formulação de políticas do patrimônio no Brasil” (LIMA FILHO; ABREU; 2007, p.23) que se esclarecem no trecho a seguir quanto as diferentes modalidades discursivas que influenciaram diretamente nas ações do órgão proteção cultural nos períodos por eles liderado.

O tema do patrimônio emerge, assim, como um lugar de construção de valores – e, como tal, extremamente plástico e variável. (...) O patrimônio, em certa modalidade discursiva (no caso, a de Rodrigo Mello Franco de Andrade), seria a de representação ou de objetificação deste passado. Por outro lado, o patrimônio na modalidade discursiva de Aloísio Magalhães estaria mais fixado na noção de cultura e de diversidade cultural numa ênfase num tempo presente capaz de, por si só, eternizar-se (LIMA FILHO; ABREU, 2007.p. 24).

Com Aloísio Magalhães se instaurou o conceito-chave de “valor cultural”, determinante para as mudanças nos aspectos patrimoniais no país. “Foram tombados bens culturais vinculados à cultura afro-brasileira, bens associados à imigração alemã e à nipônica. Tivemos o tombamento de exemplares vinculados à história da tecnologia no Brasil, como, por exemplo, a fábrica de vinho tinto Silva & Cia. de João Pessoa” (FREITAS, 1994, p.91).

Choay cita movimento semelhante na França quando houve uma “expansão tipológica do patrimônio histórico” e favoreceu que edifícios modestos, sem prestígio e nem memoráveis passassem a ser reconhecidos e valorizados por novas disciplinas, como a etnologia rural e urbana, história das técnicas construtivas, dentre outras que foram integradas aos requisitos patrimoniais (CHOAY, 2001).

Apenas mais tarde, com a nova Constituição Federal Brasileira de 1988, se oficializou o patrimônio cultural nacional com enfoque na identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da nação, assim “reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade” (MENESES, 2012, p.33), como lê-se no artigo 216.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (seguem todas as categorias).

As categorias determinam a quais bens a legislação se refere, material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc., além deles o próprio IPHAN possui categorias ainda mais específicas como patrimônio arqueológico e ferroviário, as quais deve-se tratar unificadamente como Patrimônio Cultural, sem distinção.

Por outro lado, ao falar de valor cultural, alguns autores destacam valores

constitutivos desse universo que “não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos” (MENESES, 2006, p. 35.) Para Choay (2001), por exemplo, em ordem hierárquica de importância o valor cognitivo, valor econômico e valor artístico são os três valores que constituem o valor cultural. Já Ulpiano de Meneses (2012) considera os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos os principais componentes.

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político³. (MENESES, 2012, p. 38).

Há de se citar ainda outro importante documento patrimonial, a Carta de Burra⁴ (1980) que define o conjunto de valores: “o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”, designado pelo termo de significação cultural.

Outra questão frequentemente abordada é o perigo nos desvios entre valor cultural e valor econômico. Ainda que se reconheça o valor econômico de alguns bens patrimoniais, muitos autores sinalizam para a mercantilização e fetichismo desses bens, ou seja um “deslocamento simbólico” fugindo do sentido cultural e patrimonial e transformando-os em meros objetos de consumo (VELOZO, 2006).

Não há, todavia, oposição entre valor cultural e valor econômico. Se valor, em decorrência de nosso enfoque, deve dizer respeito à escala de capacidade que reconhecemos em certas pessoas, coisas, instituições, etc., de atender a uma necessidade humana (qualquer necessidade), valor cultural seria essa mesma capacidade (reconhecida) de dar conta, em escala, de uma necessidade (qualquer necessidade, inclusive as de natureza econômica), pela mediação preponderante do significado. Não pode haver qualquer sinal negativo, portanto, a priori, quando se trata da dimensão econômica do bem cultural (MENESES, 2006, 38-39).

Ainda na liderança de Aloísio Magalhães, a Fundação Nacional Pró-memória, o termo “Patrimônio Cultural Não-Consagrado” foi criado “para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais. Isso indicava já naquele período um alargamento do sentido do patrimônio” (LOPIS, 2017, p.15). Entretanto, “esta política não foi substancialmente modificada” e até a década de 80 “se continuou a dar uma

³ O autor trata de “político” não no sentimento partidário, mas de envolvimento público e institucional exercendo a cidadania democraticamente.

⁴ Carta de Burra (1980) - Elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) aborda questões relacionadas às definições de conceitos, conservação e preservação por meio de manutenção e restauração, reconstrução e procedimentos de intervenção em sítios históricos.

enorme ênfase à defesa e seleção dos bens que compõem o patrimônio arquitetônico” (FREITAS, 1994, p.91).

Todavia, como já dito anteriormente, várias foram as tentativas de ampliar os horizontes do patrimônio cultural; declarações, cartas patrimoniais, diretrizes e leis que sofreram grande resistência em sua aplicabilidade. Algumas dessas continuam em discussão e não são totalmente aceitas ainda hoje, como é o caso do Patrimônio Não-Consagrado, embora seja dito que “esse patrimônio de menor visibilidade, não reconhecido por nenhuma esfera governamental vem assumindo importante papel transformador”. (LIMA, 2018)

Há uma grande controvérsia haja vista que “para determinadas comunidades existem patrimônios históricos e culturais que são referências de identidade e de valor cultural, mas que não obtiveram o mesmo reconhecimento das instituições que cuidam da identificação e preservação dos elementos patrimoniais” (LOPIS, 2017, p.15), enquanto alguns registrados nos livros de tombo, sequer são reconhecidos pela comunidade, como dito por Ulpiano de Meneses: “bens declarados de valor universal não são percebidos como tais pelos habitantes, para quem eles podem constituir apenas ônus e, na maior parte das vezes, mera oportunidade de negócio” (MENESES, 2006, p.40). E exemplifica:

Cidades “patrimônio da humanidade”, como Veneza ou Ouro Preto, ao se transformarem em mercadoria para o turismo cultural, alienaram o habitante, cuja fruição é totalmente instrumentalizada. Alcântara, no Maranhão, talvez seja o caso mais dramático, entre nós. Tombada como núcleo urbano, por seu “valor nacional”, hoje é uma cidade fantasma, sem condições de viabilidade: estas se transferiram para a vizinha base de lançamento de satélites para cujos técnicos (acrescidos dos turistas), Alcântara constitui mera casca cênica de fruição estética (MENESES, 2006, p.40).

Nota-se que mais uma vez a alcunha de “cidade fantasma” é usada para caracterizar o insucesso e/ou abandono de uma “cidade-patrimônio”, seja ela tombada (caso de Alcântara) ou não. Nessas circunstâncias é que está inserida a presente discussão sobre o conjunto urbano de Fordlândia e Belterra, com a petição do tombamento oficializada dois anos após a Constituição de 1988 com base no inciso V: “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Sabe-se que a história desse empreendimento, considerado por muitos como uma utopia capitalista, foi de ampla repercussão e é capaz de atrair muitos curiosos, mas “o perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa” (VELOZO, 2006, p. 439).

Convém, aliás, observar que essa literatura patrimonial deu lugar, em breve, não tanto a uma história no sentido estrito do termo, mas à evocação de um movimento de criação e de acúmulo espontâneo, infelizmente interrompido em diferentes lugares. Ao presente 'congelado' resultado de uma percepção intelectualizada, historicizada, Péguy opunha os valores da liberdade do verdadeiro presente (POULOT, 2009, p. 27)

Ou seja, a patrimonialização, segundo o autor, tornou-se o mero congelamento do tempo e de uma história com a qual, por vezes, não se tinha identidade, que era mais relacionada a interesses econômicos e ideais nacionalistas, como ocorridos na França na primeira metade do século XIX (POULOT, 2009).

Logo, o argumento histórico, tão somente, não deve determinar o objeto ou conjunto como patrimônio. Implica que não apenas o lugar ou objeto situado seja referência em termos de significado, mas o sentido patrimonial atribuído ao lugar (VERGUET, 2015), isto é, a atribuição de valores para que os bens sejam reconhecidos como patrimônio “para designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo.”, o que Poulot define como “patrimonialidade” (POULOT, 2009, p.28).

Fica, afinal, compreendido que a patrimonialização está relacionada ao reconhecimento do patrimônio, “segundo uma reflexão erudita dos experts e de uma vontade política”, porém, por vezes diverso do seu valor cultural, simbólico e afetivo, estabelecido pela patrimonialidade (POULOT, 2009).

Desse modo:

A participação das pessoas envolvidas nos processos de reconhecimento patrimonial é de importância fundamental, uma vez que o valor cultural das referências é dado não somente pelos técnicos especializados utilizando critérios próprios de seus respectivos ofícios, mas principalmente pelo valor de testemunho histórico e de concentração de memórias e significados atribuídos pelo grupo social ao bem. Na investigação dos significados e das representações sociais compartilhadas e no reconhecimento dos bens pelos cidadãos como herança cultural para as futuras gerações é que se pode chegar mais perto daquilo que de fato seja representativo para determinado grupo social (SAPIEZINKAS, 2008, p.84).

Portanto, como alternativa para resgatar o valor patrimonial busca-se a utilização do argumento histórico ou racional como um “recurso estratégico para manter a configuração urbana e arquitetônica e não a sacralização e seu congelamento”, aliado à “memória como dispositivo de autenticação patrimonial de elementos urbanos ameaçados” como o argumento emotivo ou de familiaridade (VERGUET, 2015, p. 3).

A memória está dividida em memória individual e memória coletiva, que devem se complementar nesse processo de reconhecimento e valoração cultural, pois “pode-se correr um outro risco, o de tratar o patrimônio como se fosse uma ideia abstrata a

pairar sobre as consciências individuais, o que resultaria numa percepção atomizada e estática dos indivíduos – seres apartados de sua consciência coletiva” (VELOZO, 2006, p. 440).

Para que as memórias individuais contribuam no processo de constituição do patrimônio é necessário que o indivíduo seja reconhecido como força para a patrimonialização, o que Céline Verguet chama de argumento emotivo. Dessa forma, há um processo político de “convencimento” por meio do simbolismo no qual se busca, através de histórias e anedotas familiares, construir a importância da preservação desse lugar, pois “a anedota dá sentido ao patrimônio e o patrimônio dá sentido à anedota” (VERGUET, 2015, p.13).

Imagem 5. Quadro esquemático do processo de convencimento para a patrimonialização, segundo Verguet.



Autora: Zâmara Lima, 2019.

2. Conhecendo Belterra e redescobrimo Fordlândia através da etnografia.

Quando nas primeiras visitas à Fordlândia foram encontradas casas preservadas pensou-se, a priori, que se ainda era possível encontrar exemplares preservados com poucas alterações após mais de 70 anos de existência, sem efetivação do tombamento, devia haver interesse da população nesta preservação. Somente ao longo das viagens à campo e através da etnografia foi que se constatou o cenário de controvérsias que permeiam as várias falas dos atores sociais dessa pesquisa.

Há controvérsias também em Belterra, porém de outras naturezas. Ao perceber outras especificidades entre elas não houve dúvida de que seria necessário fazer o contraponto entre as duas localidades construídas como *company towns* da Ford no Brasil, ou seja, mesma origem, mesma região, porém com aspectos e dinâmicas que as diferenciam, alguns facilmente observáveis. Quais seriam esses aspectos e o que foi/é determinante para tal diferenciação?

Em ambas existem conflitantes perspectivas com relação ao tombamento entre os que residem nessas localidades. Isso porque os moradores se dividem entre os que

estão em defesa da preservação esperando pelo tombamento e os que apesar de reconhecerem a importância histórica querem total liberdade para modificar suas casas e o prolongamento do processo de tombamento tem servido também de subterfúgio para o abandono e desmantelo de residências com particularidades da arquitetura residencial construída pelos norte-americanos.

Desde o princípio das pesquisas em 2014 optou-se pelo uso da etnografia para a imersão em campo, o mais difícil nesse contexto foi manter-se no limite necessário de proximidade e estranheza, pois se por um lado deve haver aproximação e imersão do pesquisador como observador-participante, por outro a pesquisa etnográfica depende do estranhamento, da necessidade de examinar porque alguns acontecimentos nos surpreendem e nesse caso se faz importante ver “de fora” (PEIRANO, 2014).

Produzir etnografias é ofício de antropólogos, todavia na arquitetura há a possibilidade de acrescentar dados importantes relacionados ao espaço construído como dito pela pesquisadora-arquiteta Cristiane Duarte: “Não deve ser à toa que algumas categorias culturais são expressas por meio de alusões à arquitetura (casa-grande e senzala, sobrados e mucambos, casa e rua...)” (DUARTE, 2010, p. 5).

Não diferentemente, em Fordlândia e Belterra as categorias sociais também são expressas através da arquitetura e de todo espaço construído, como por exemplo, quando os moradores se identificam com a alcunha determinada pela Vila onde moram: “Dona Maria das Casas Grandes” ou “Seu Antonio da Mensalista”, afinal são ainda reflexos da hierarquia em níveis profissionais na organização urbana de uma cidade-empresa construída pela Companhia Ford. Desse modo:

A descrição resultante da observação participante, neste caso, conterà inúmeras menções à arquitetura e ao entorno, mas haverá também menção à observação do comportamento, às ações e dinâmicas que acontecem no local estudado. A descrição será mais completa, varrendo todos os prismas da ambiência e trazendo à luz os fatos relevantes para a compreensão do universo cultural que se refaz no lugar estudado. (DUARTE, 2010, p.6)

Por isso, sendo a etnografia de grande valia para a compreensão e interpretação dos anseios dos diferentes atores sociais envolvidos nesse processo, Geertz (2013) ressalta a importância de ir aos lugares e voltar de lá com informações sobre como as pessoas vivem e tornar essas informações disponíveis à comunidade especializada de uma forma prática.

Para facilitar a compreensão, essas descrições serão feitas tendo como referência a localização das residências em questão de acordo com o nome das vilas correspondentes. Nessa pesquisa deu-se preferência, no entanto, aos nomes

estabelecidos e conhecidos atualmente pelos locais⁵ podendo, dessa forma, haver divergências dos nomes oficiais estipulados pela Companhia ou mesmo reconhecidos pelo IPHAN.

Foram usadas plantas urbanas com os loteamentos e legendas com a indicação das vilas e os respectivos modelos residenciais encontrados em cada uma. No entanto, em muitas vilas existem variações de tipos, o que se explica pelo fato que de dentro de uma mesma vila havia diferenciação hierárquica, por isso ratifica-se que os modelos usados são demonstrativos e não representam a totalidade.

O Quadro 1, além de situar o leitor sobre as vilas ainda existentes em Fordlândia e como são conhecidas também evidencia a segregação espacial que fica explícita com o zoneamento de áreas específicas, como área comercial e área industrial e o isolamento da Vila Americana das demais.⁶

⁵ Durante a pesquisa surgiram outros nomes de vilas não sendo possível desvendar se seriam vilas não mais existentes ou que mudaram de nome com o passar dos anos. Ex: Vila Chapéu, em Fordlândia.

⁶ O zoneamento e segregação espacial encontram-se mais detalhados no artigo “Fordlândia: A modernidade da Arquitetura Fordista na Amazônia”.

Quadro 1: Planta geral de Fordlândia com demarcação das vilas e seus respectivos modelos e características.











Vila	Modelo	Característica
<p>VILA AMERICANA</p>	<p>Foto: Zâmara Lima, 2015.</p>	Moradia dos administradores estrangeiros ou nacionais construída distante de todas as outras. Eram casas mais amplas construídas em madeira e alvenaria. Assemelham-se ao tipo bangalôs americanos.
<p>VILA DEMOCRATA OU CASAS GRANDES</p>	<p>Foto: Zâmara Lima, 2015.</p>	Casas amplas, com duas unidades geminadas, são as únicas além da Vila Americana a serem construídas também em alvenaria e madeira.
<p>BANGALÔS DA MANHÃ</p>	<p>Foto: Zâmara Lima, 2015.</p>	Construídos em madeira. Utilização do programa básico, mínimo, composto por: alpendre, sala única, quarto, banheiro, e cozinha com giral, onde moravam operários de baixo escalão da Companhia. Assemelham-se ao tipo palafita.
<p>VILA OPERÁRIA - "VILA"</p>	<p>Foto: ICBS. (Prefeitura da Aveiro)</p>	Onde moravam as classes mais baixas na hierarquia da Companhia. Toda construída em madeira e poucos cômodos. Assemelham-se ao tipo palafita.
<p>PRAINHA</p>	<p>Foto: Zâmara Lima, 2015.</p>	Construídas em área determinada como de crescimento espontâneo. Amplas, assemelham-se ao tipo palafita.

Autor: Zâmara Lima, 2019.

Para a Imagem 5 foi usada parte do levantamento e dos estudos que estão sendo realizados pelo IPHAN do que viria/virá a ser o polígono de tombamento do Centro Histórico de Belterra, no qual estão incluídas cinco Vilas, a conferir na legenda.

Quadro 2: Polígono de tombamento de Belterra com demarcação das vilas e seus respectivos modelos e características.



Vila	Modelo	Característica
 VILA AMERICANA	 Foto: Zâmara Lima, 2018	Onde residiam os médicos, administradores e todo o alto escalão da Companhia. São amplas e em madeira, mas existem muitas variações, inclusive com alguns modelos em alvenaria de blocos de concreto.
 VILA MENSALISTA	 Foto: Zâmara Lima, 2018.	Vila em que residiam os funcionários do 2º escalão da Companhia Ford, apesar de toda construída em madeira é uma das vilas mais bem conservadas em Belterra.
 VILA TIMBÓ	 Foto: Anna Pujals, 2008.	Moradia onde residiam funcionários do Hospital Henry Ford. Construída em madeira, com poucos cômodos. Algumas variações não possuem alpendre ou varanda.
 VILA OPERÁRIA	 Foto: Anna Pujals, 2008.	Na própria vila operária havia hierarquia, os administradores ficam com as casas maiores com varanda, os intermediários com as casas de dois quartos e operário menor com a de um quarto.
 VILAS VIVEIRO I, II E III	 Foto: Anna Pujals, 2008.	Também destinadas à operários, as casas dessa vila são em madeira, com duas unidades geminadas. Mas são encontradas variações de bangalôs de blocos de concreto semelhantes aos da Vila Americana.

Fonte: Mapa e algumas imagens foram retiradas do Dossiê de tombamento, IPHAN (em conclusão).

Autora: Zâmara Lima, 2019

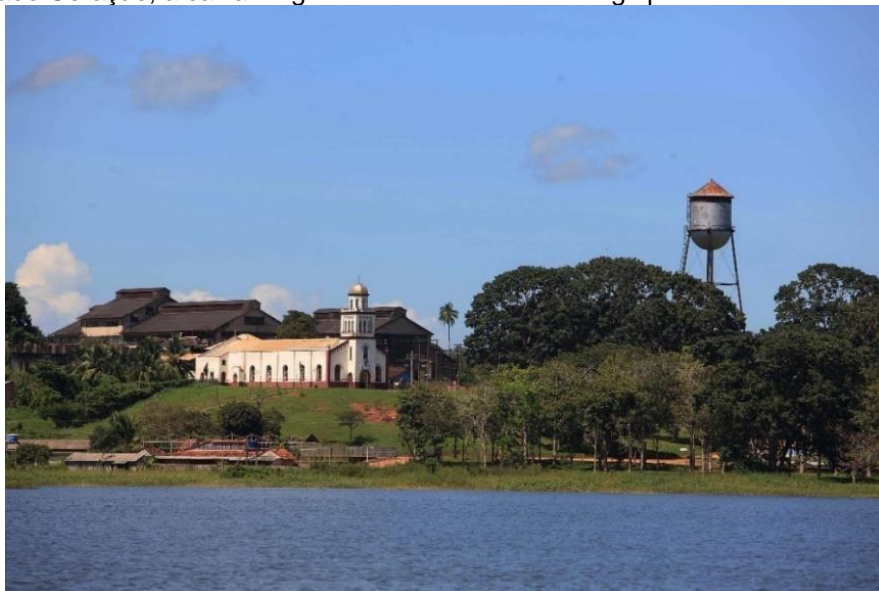
2.1. Viagens à campo e primeiras impressões

Parti da capital, Belém, de avião até a cidade de Santarém, no dia 8 de julho de 2017, o tempo de vôo é de uma hora, aproximadamente. (Diário de campo, 08/07/2017).

Assim se iniciou mais uma viagem à Fordlândia, mas dessa vez Belterra também entrou para o itinerário. Isso porque, anteriormente, no ano de 2014 foram realizadas duas visitas à Fordlândia para finalmente conhecer o que restou da história construtiva do lugar. Foram os primeiros contatos com as casas de madeira que resistem ao tempo e alguns de seus moradores, que resultou no trabalho de conclusão de curso no ano de 2015.

Existia um certo vínculo afetivo com Fordlândia pelo fato de ser natural da região, da cidade próxima chamada Itaituba. A cidade de Ford era rota nas viagens de férias à Santarém e sempre provocou curiosidade, afinal era a cidade construída pelo norte-americanos e a icônica caixa d'água de ferro chamava e ainda chama atenção ao longe pelo rio Tapajós (Imagem 6).

Imagem 6: Fordlândia vista do rio Tapajós com o destaque dos marcos visuais da localidade, a igreja do Sagrado Coração, a caixa d'água de ferro e ao fundo os galpões.



Autor: Márcio Ferreira/Agência Pará disponível em: diariodofb.com/2018/04/20/as-ruinas-de-fordlandia/

Na ocasião das primeiras visitas, foi interessante observar que somente uma das casas visitadas havia sofrido intervenções significativas, com uma obra de ampliação em alvenaria na parte posterior e substituição de telhas, porém a fachada continuava em madeira e conservava os traços originais (Imagem 7). Também foi oportuno

percorrer todo o espaço que fora construído ainda pela Companhia Ford como o antigo hospital, o cemitério, o grupo escolar, o cercado (onde estão os galpões com maquinários) e falar com moradores da Vila Americana, algumas dessas visitas só possíveis com apoio de transporte, pois as distâncias parecem maiores devido o relevo acidentado e condições das vias pedregulhasas.

Imagem 7: Foto de uma residência localizada na Vila Matinha, com uma construção em alvenaria na parte posterior.



Fonte: Zâmara Lima (2014)

Houve certa facilidade em adentrar a realidade dos moradores em Fordlândia, isso porque eu não era uma simples desconhecida, estava ali como visitante/hóspede de uma moradora, a minha madrinha Maria do Carmo Barreto que foi a facilitadora. Pedi que ela me indicasse algumas pessoas, íamos às casas como visitas, como quem vai à casa de um vizinho próximo, ela os chamava pelos nomes, eles pareciam receptivos, convidavam para entrar e conversávamos, afinal são velhos conhecidos, sempre entre histórias do passado e queixas do presente.

O que não ocorreu da mesma forma em Belterra, na última viagem, onde me dirigi sozinha até as casas e foi mais desafiador dissimular aquela imagem de pesquisadora, ainda que tentasse ser discreta e aparentar familiaridade. Por isso, foi necessário agir com mais cautela ao abordar as pessoas, pois a desconfiança gera empecilhos, era necessário rompê-la. Por esse motivo, pedi que alguns dos entrevistados me fossem indicados, seja por outro morador ou por servidores municipais com quem falei primeiramente. Sem aviso prévio fui andando até as casas, bati, me apresentei e perguntei se poderiam conversar. Alguns dos moradores sugeridos não foram encontrados em seus domicílios e precisei escolher de forma aleatória para completar o número de entrevistados que me propus. Foram cinco moradores que representassem cada localidade.

Entretanto, como dito por Geertz (2013) “não se trata de ser como um nativo ou

agir como pesquisador”. Na etnografia é necessário que haja perspicácia por parte do pesquisador para produzir uma interpretação não limitada pela visão daquele povo, ou seja, captar as informações do ponto de vista daqueles moradores, porém de forma que se permita estabelecer uma conexão com seus questionamentos.

Contudo, em ambas as localidades, os perfis das pessoas com quem conversei eram: moradores de uma das casas construídas pela Companhia Ford, a maioria da terceira idade já que alguns nasceram e chegaram a viver ainda no regime de cidade-empresa e/ou foram funcionários do Ministério da Agricultura e também pessoas que tiveram algum envolvimento direto ou indireto em grupos, associações e/ou comissões formados em prol do patrimônio e do tombamento dessas residências.

Alguns moradores mencionaram que é comum visitantes os procurarem, sejam pesquisadores, turistas ou curiosos em busca de histórias sobre esses lugares. Talvez por essa razão não houve hesitação ao me receberem, estavam acostumados e pré-dispostos. No quadro abaixo sintetizo algumas percepções de moradores das duas cidades acerca dos visitantes:

Quadro 3: Excertos de conversas com moradores de Fordlândia e Belterra

Fordlândia	Belterra
(...) eu tô aqui há quinze anos... todas as vezes, acho que eu dei mais de cem entrevistas, mas de cem pessoas já vieram aqui já... eu tenho gosto de levar lá pra mostrar tudo (...) (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em 13/07/2017)	Os turistas vêm constantemente. (...) Eu tenho recebido muitos turistas de todas as partes, principalmente para contar histórias. Alguns trazem tradutor, outros gravam e devem fazer o “estudo” por lá. Pessoas do Japão, França, Alemanha, já fizeram até filme por aqui. Os que normalmente vem aqui comigo é por querer conhecer mesmo o lugar, pois era muito badalada a Companhia pelo nome Ford. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em 24/09/2019)
(...) sempre eles procuram as pessoas mais velhas para fazer algumas indagações. Há um pouco mais de um ano, eu fui convidado por uma equipe que veio dos Estados Unidos – eles fizeram um filme – entrevistou o Seu Edy Jansen. Eles sempre nos procuram para darmos algumas informações, fazer pesquisas. (Delmas Brito da Silva. Entrevista realizada em 19/09/2018)	Os turistas vêm muito aqui em minha casa tirar fotos do meu jardim. (Francisca Amaral Lima. Entrevista realizada em 24/09/2018)

Fonte: Zâmara Lima, 2019

As percepções nas chegadas a cada uma também foram diferentes. Fordlândia é uma comunidade ribeirinha, à margem do rio Tapajós do qual é totalmente dependente, seja para pesca uma das principais atividades econômicas ou como via de deslocamento haja vista que o principal meio de transporte é o transporte fluvial, seguido do rodoviário precário com acesso pela Rodovia Transfordlândia. Belterra por outro lado, apesar de também estar localizada próxima (há poucos quilômetros) ao mesmo rio, não mantém a mesma relação de dependência das águas fluviais já que a sede municipal não se encontra na margem e tem como principal meio de transporte o rodoviário devido a facilidade de acesso pela Rodovia Santarém-Cuiabá, utiliza-se do rio mais como lazer e atrativo turístico explorando suas belas praias de água doce. Como descrito abaixo nos trechos dos diários de campo sobre o acesso à cada uma nas viagens realizadas:

Quadro 4: Excertos dos diários de campo tratando da paisagem

Fordlândia	Belterra
<p>A viagem seria feita via terrestre, no entanto, a primeira preocupação eram as chuvas constantes, comuns na região, principalmente nessa época do ano, o que dificultaria o acesso à comunidade, já que boa parte da estrada não era asfaltada.(...)</p> <p>Existem três possibilidades de acesso via fluvial: o primeiro é pelo barco que faz linha Santarém-Itaituba-Santarém que sai às 16h de ambas as cidades, o segundo pelo barco menor que vai direto ao povoado que sai às 11:00 de Itaituba. Há ainda a lancha, transporte mais rápido que também faz a linha Santarém-Itaituba-Santarém e sai às 13h. (Diário de Campo, 21/01/2014).</p> <p>Com percurso de aproximadamente 4h partindo da cidade de Santarém. (Diário de campo, 12/07/2017)</p>	<p>O acesso de Santarém à Belterra é rápido e fácil, são aproximadamente 100km de rodovia asfaltada. Era fim de semana, tempo de veraneio nessa região com praias próximas, mas talvez pelo horário (manhã) a estrada ainda estava pouco movimentada. Em pouco menos de uma hora chegamos à Belterra, a entrada da cidade era semelhante a qualquer cidade do interior do estado à margem da rodovia, casas, comércio, um pouco de poeira apesar do asfalto, mas claro que na minha inquietude me perguntava onde estavam as casas de madeira com suas características tão peculiares. (Diário de campo, 08/07/2017)</p>

Fonte: Zâmara Lima, 2019

Entretanto as diferenças geográficas possuem explicações históricas. Após a implantação do empreendimento em Fordlândia o projeto fracassou devido alguns fatores, dentre eles, a má escolha da localização em razão do terreno acidentado que dificultava o desenvolvimento do cultivo da seringueira, a dificuldade de navegação de

navios maiores durante o período de estiagem e o distanciamento em relação ao porto de Santarém, lugar de concentração de mão-de-obra. (PEREIRA; LEITE, 2011). Logo:

Para solucionar tais problemas, a administração da Companhia Ford Industrial do Brasil decidiu ampliar e deslocar suas atividades para outra área, ainda na Amazônia, em terras mais altas, com acesso mais viável e supostamente em uma área imune aos fungos que atacaram as plantações de *Hevea* em Fordlândia. Assim, no ano de 1934, os investimentos da empresa irão se concentrar na construção de outro núcleo urbano industrial, ainda em solo amazônico, inicialmente denominado Bela Terra que logo em seguida passou a ser conhecido como Belterra (Dossiê de Tombamento - IPHAN, 2017).

Fordlândia revela uma dinâmica no cotidiano à semelhança dos pequenos povoados amazônicos às margens dos rios, chamados de cidades ou comunidades ribeirinhas. As características de uma cidade ribeirinha na Amazônia estão associadas ao reduzido tamanho territorial e pequena dimensão populacional; a tradição no que se refere ao ordenamento espacial; e, ter funções urbanas de âmbito local, havendo forte conexão com o entorno, com a floresta e o rio (MACEDO; TOURINHO; BRAGA, 2018. p. 164).

Essa conexão se reflete, por exemplo, quando sempre próximo aos horários da passagem de embarcações, alguns moradores se dirigem até o trapiche de embarque, onde encostam barcos e lanchas vindos principalmente das cidades de Itaituba e Santarém. Vão para receber familiares, amigos ou encomendas vindas das cidades vizinhas ou ainda como forma de passar o tempo para conversar e os que possuem veículos próprios ainda aproveitam para transportar os recém-chegados já que o lugar não conta com serviços públicos de mobilidade. Pode-se dizer que as passagens das embarcações servem de “marcadores temporais”, por sinalizarem a chegada sempre nos mesmos horários com os apitos que podem ser ouvidos à longas distâncias.

Todavia, Belterra, um município relativamente novo, mostra-se mais urbanizado, mas ainda com dificuldades de infraestrutura, comunicação e serviços. Lugar onde muitos pontos comerciais fecham para o almoço deixando as ruas quase desertas nesse período do dia, costume muito comum em cidades do interior do estado. Afasta-se de certa forma do rio, mas o valoriza tal qual dependesse dele para viver.

Após essas primeiras impressões fui em busca de conversar com os moradores e representantes da gestão municipal envolvidos diretamente nas questões ambientais e patrimoniais, mas pode-se antecipar as principais questões citadas pelos informantes: as condições das casas de madeira e a falta de recursos para mantê-las, a nostalgia dos bons tempos passados em oposição às dificuldades atuais, a emancipação de Belterra e a dependência de Fordlândia do município de Aveiro, o direito de propriedade e a demora para a regularização fundiária e para o tombamento.

2.2. Caracterização arquitetônica e o tombamento da arquitetura em madeira.

Tratando-se de Amazônia, outra semelhança com as demais cidades ribeirinhas amazônicas são algumas moradias construídas pela Companhia Ford que evocam ao *tipo palafita*:

(...) trata-se de um padrão espacial que pode ser descrito pelo sistema mata-rio-roça-quintal (Loureiro, 2001) presente às margens de igarapés, rios e furos, indicando a resistência de uma cultura que se adaptou às terras baixas e alagáveis, ao ciclo das águas, a uma floresta densa e ao clima úmido com chuvas frequentes, firmando-se como comunidades tradicionais em palafitas ao optarem por casas elevadas do chão, dependência ao rio e grande permanência na paisagem amazônica (...) (MENEZES, PERDIGÃO, PRATSCHKE, p. 241-242, 2015)

Imagem 8: Exemplo de uma moradia tipo palafita amazônica.



Autor: Ricardo Freire, 2011.

Disponível em: <<https://www.viajenaviagem.com/2011/08/casa-cor-edicao-solimoes/>>

Há similaridade na organização formal simples e construtiva já que são construídas totalmente em madeira e elevadas do solo sobre esteios e barrotes com planimetria retangular ou quadrangular (nas unidades menores) e empenas geralmente triangulares⁷, também há a presença de girais e por vezes pequenas varandas (RIBEIRO, 2011).

Entretanto, as residências análogas às palafitas que foram construídas em Fordlândia (Imagem 9) aparentemente não apresentam relação direta com o rio ou áreas alagáveis como é de costume na Amazônia. De acordo com o que se pôde perceber, as unidades identificadas e aqui citadas não estão localizadas nas encostas do rio, nem em áreas de várzea, o que leva a crer que a altura do solo não está condicionada ao fator de oscilação do nível da água (BRUGNERA et al., 2016), pois são

⁷ Em Fordlândia também são encontradas residências com empenas trapezoidais ou chanfradas, como no exemplar (1) da Imagem (9).

fixadas em área de terra firme.

Por outro lado, o chamado *Bangalô da Matinha* (1), por exemplo, encontra-se em uma área de relevo acidentado, embora não seja possível afirmar como era a superfície dessa área no período da construção já que as águas pluviais podem ter causado a erosão com o passar dos anos.

Imagem 9: Residências em Fordlândia que se assemelham ao tipo palafita amazônico: 1. Exemplar Bangalô da Matinha; 2. Exemplar da Prainha.



Autora: Zâmara Lima, 2014.

De outro modo, em Belterra, construída sobre um platô, não foram encontrados modelos que permitissem relacioná-los às *palafitas amazônicas*. O tipo mais recorrente foi o *tipo bangalô* (Imagem 10) sendo encontrados modelos em madeira e em blocos cimentícios.

Os bangalôs podem ser entendidos como casas vernaculares, térreas, destinadas a uma só família, cujo elemento principal é a varanda, fundamental para a climatização interna da residência, geralmente dispostas ao centro do lote, muito comum nos subúrbios ingleses e norte-americanos (SANTOS; GHIRARDELLO, 2016).

A América Latina, a partir do final do século XIX, estreitava laços com países industrializados. (...) iniciava-se, um momento favorável a diálogos entre Brasil e Estados Unidos. Com a troca de favores estabelecida, eles passam ao nosso país elementos de sua cultura, de sua arquitetura e o bangalô é um elemento claro dessas influências (SANTOS; GHIRARDELLO, 2016. p. 9).

Muitas indústrias, empresas de mineração, companhias ferroviárias passaram a construir esse tipo de moradia de forma a melhorar as condições de salubridade das vilas operárias de forma racional e barata, principalmente a partir da década de 1890 (CORREIA *apud* SANTOS; GHIRARDELLO, 2016)

Imagem 10: Bangalôs encontrados em Belterra, sendo: **A** - em madeira; **B** – Em bloco cimentício



Autora: Zâmara Lima, 2017.

As casas construídas em madeira, assim como em Fordlândia, são justapostas em esteios e barrotes ficando em um nível acima do nível do solo, porém há uma considerável diferença em alguns níveis de elevação como se pode comparar na Imagem 9, o que demonstra que a elevação se justifica não só pelo fator umidade, mas também pelo relevo.

Contudo é importante destacar outras publicações que estabeleceram diferentes analogias arquitetônicas com as casas construídas pela Companhia Ford na Amazônia. Em Grandin (2009), o autor associa essa arquitetura às casas de estilo *Cape Cod*, habitação norte-americana típica entre os anos 1930-1950.

Caracteriza-se pelo formato retangular da habitação, tradicionalmente com telhado em duas águas com grande inclinação, com águas furtadas, cumeeiras altas, simplicidade de adornos, porta de entrada colocada no centro da composição edilícia, incorporando uma varanda rodeada por painéis de janelas e uma chaminé central (que não é vista em Fordlândia) (RAZENTE, 2012, p. 662. parêntese nosso).

Em “Fordlândia: Arquitetura norte-americana do início do século XX na Amazônia, suas tipologias e adaptações” a analogia fora estabelecida com as *shotgun house*, tipo “encontrado na região sul mais especificamente nos estados da Louisiana, Texas e Oklahoma (...) que faz parte da arquitetura popular nacional”. (LIMA, 2015).

Seja qual for o tipo adotado como referência traz um fator importante para a discussão: as edificações em madeira no âmbito do patrimônio cultural levando-se em consideração que as edificações em madeira são perecíveis, principalmente para o clima quente e úmido da Amazônia.

Tanto em Fordlândia quanto em Belterra há queixas dos moradores sobre a

dificuldade na manutenção das casas e a preferência pela alvenaria, o que foi corroborado pelo arquiteto da prefeitura de Belterra: “*Parece que eles não querem casa de madeira, querem alvenaria.*” (Lucas Rotta, em entrevista realizada em 24/09/2018) seguido da fala de alguns residentes:

Quadro 5: Excertos a respeito da casa em madeira

Fordlândia	Belterra
<p><i>Então... como aqui também, nós reformamos tudo em alvenaria porque é mais fácil. Melhorou mais as condições pra gente, tá melhor. Já tô terminando... (a obra) porque a madeira... vem o cupim, vem uma coisa e outra.</i> (Edy Jansen Branco. Entrevista realizada em 13/07/2017)</p> <p><i>Todas as casas construídas pelos americanos eram de madeira e aqui nós tiramos a madeira e colocamos alvenaria. Não tá totalmente na alvenaria, mas a parte externa toda já está, mas por dentro a gente ainda encontra alguma coisa de madeira.</i> (Josué Gonçalves do Carmo. Entrevista realizada em 19/09/2018)</p>	<p><i>Eu fiz essa reforma pois era de madeira e estava caindo. (...) eu não mudei o padrão dela, a frente.</i> (Lelia Silva Barros. Entrevista realizada em 24/09/2018)</p> <p><i>Ampliei, pois ela estava caindo. Estava correndo risco. Então nós construímos aqui e derrubamos a outra.</i> (Francisca Amaral Lima. Entrevista realizada em 24/09/2018)</p> <p><i>Você pode ver que tem muitas casas deterioradas, em madeira, algumas com 80 anos ou mais. Apesar da arquitetura ser muita boa, a fundação foi muito mal planejada pois todos os pilares são de madeira e com o tempo a terra vai “comendo” e com isso começa a ceder, comprometendo toda a casa.</i> (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em 24/09/2018)</p>

Fonte: Zâmara Lima, 2019

Questões semelhantes são/foram enfrentadas em outras cidades históricas com arquitetura em madeira, como por exemplo na cidade de Antônio Prado (Rio Grande – RS) que teve um conjunto urbano, representativo da arquitetura de imigração italiana, tombado em 1987 pela ex-SPHAN (atual IPHAN).

Em sua maior parte, o acervo consistia em chalés de madeira amplos e simétricos, construídos por um grupo de carpinteiros italianos - quase todos de uma mesma família - nas primeiras décadas do século XX. Casas em que se destaca a presença de lambrequins derramando-se abaixo da cumeeira dos telhados. (LEWGOY, 1996. p. 3)

Na pesquisa de Lewgoy (1996), por exemplo, encontram-se em algumas falas de proprietários refutações ao tombamento das casas de madeira como: “(...) *Tu não achas que, na época em que essas casas foram construídas, se as pessoas pudessem*

ficar morando em casas de alvenaria, elas iriam ficar morando nessas casas de madeira? Sabe o que foi que tombaram? Um monte de lenha cheio de cupins!” G.P. (LEWGOY, 1996. p.21).

De modo geral as construções em madeira sofrem rejeição por serem consideradas de material pouco nobre, oferecerem pouca segurança e demandarem maiores cuidados com manutenção periódica para proteger da umidade e de insetos xilófagos, principalmente quando se refere à bens tombados ou de interesse à preservação. Consequentemente, muitos habitantes desse tipo de moradia optam por alvenaria o que gera tais conflitos de interesses.

Além do conjunto de Antônio Prado pode-se citar outros bens e conjuntos totalmente ou parcialmente em madeira tombados pelo IPHAN dos quais podem-se tirar lições para que o tombamento e a preservação em Fordlândia e Belterra sejam melhor orientados e tenham boas soluções. Dois exemplos dispares, mas que podem exemplificar as dificuldades dessa arquitetura na região são: a casa de Chico Mendes (AC) e a Vila Serra do Navio (AP).

A casa onde morou Chico Mendes está localizada na cidade de Xapuri no Acre. Foi o primeiro bem tombado do estado pelo IPHAN, por remeter ao líder seringueiro conhecido nacionalmente e de relevância para a história do lugar por ser um dos principais protagonistas dos movimentos socioambientais das décadas de 1970 e 1980 em defesa dos modos de vida da população que vivia na floresta, perseguido e assassinado por fazendeiros devido esses conflitos. (IPHAN, s.d.)

A arquitetura simples é um exemplar da arquitetura vernácula da Amazônia, “a planta traduz a simplicidade da construção, modelada com os espaços mais básicos para uma moradia: quatro cômodos, formados por sala, dois quartos e cozinha, interligados por um corredor lateral” (TINOCO, 2014)

Imagem 11: Casa de Chico Mendes, Xapuri (AC).



Fonte: IPHAN, s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/519/>>

A casa e as demais casas em madeira existentes na região fazem parte da memória coletiva do Acre tanto pela significação quanto pelo uso de técnicas vernaculares. Segundo a pesquisa do arquiteto Jorge Eduardo Lucena Tinoco (2014), a casa sofreu intervenções anteriores tais como: “repinturas, substituição de algumas madeiras estruturais e de vedações, pátina no piso, calçamento e grama ao redor da casa, embasamento em alvenaria de tijolos numa tentativa frustrante de se evitar umidades e infiltrações nos esteios de madeira.”

O arquiteto cita que a casa é suspensa cerca de 40 cm do solo, alerta para o perigo das madeiras encontradas guardadas sob o desvão do embasamento do piso e sobre uma alvenaria construída ao redor que deveria ser para conter a umidade, mas que acabou favorecendo o apodrecimento da base das tábuas de vedação externas (TINOCO, 2014).

Segundo o IPHAN, no início de 2015, período do inverno amazônico de recorrentes chuvas, houve uma enchente que atingiu a casa e logo em seguida o órgão realizou aprovação e licitação para o projeto de restauro:

Com as obras, a Casa de Chico Mendes recebe reforço estrutural dos pilares e amarrações nas junções da estrutura, para que no caso de eventuais novas enchentes sua estabilidade esteja garantida. Também será feita a microdrenagem ao redor da edificação para minimizar os efeitos da umidade sobre os pilares de madeira. As partes da edificação que estão com danos irreversíveis terão a madeira substituída ou complementada com enxerto ou preenchimento. (Portal IPHAN, 2016)

Através dessa descrição de procedimentos a serem realizados para conservação, preservação e restauro da Casa de Chico Mendes se pode depreender algumas precauções a serem tomadas também em Fordlândia e Belterra. Embora não exista, aparentemente, risco iminente de enchentes e alagamentos, são necessárias medidas que minimizem os efeitos da umidade e conseqüentemente do apodrecimento da madeira e a preparação desta contra insetos xilófagos, bem como a substituição ou preenchimento das peças que apresentarem maiores danos.

Com relação à Vila Serra do Navio no estado do Amapá construída entre as décadas de 1950 e 1960 pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios LTDA), que, assim como o projeto Ford, construiu uma *company town*, projetada pelo arquiteto-engenheiro paulista Oswaldo Bratke (1907-1997). O conjunto urbanístico e suas edificações foram tombados pelo IPHAN em 2010 (XIMENES *et al.*, 2018).

Os diversos tipos de residência dedicados às categorias profissionais são executados em estrutura de madeira, único material abundante, segundo uma técnica de pórticos longitudinais, com nível variável, que ligam diretamente as terças à peça horizontal do pórtico e, assim, dispensa tesouras de telhado. (FRACALLOSSI, 2015)

Embora as residências projetadas por Bratke não tenham caráter regionalista e não sejam totalmente em madeira (FRACALLOSSI, 2015), antes do tombamento, a Vila Serra do Navio também sofreu amplamente com a falta de conservação, transformações e intervenções inadequadas, com construções de novas edificações, adaptações das residências para fins de atividades comerciais e de serviços, mas ainda conseguiu manter as características originais e após um conjunto de medidas, citadas oportunamente, foi possível a outorga patrimonial em esfera federal (XIMENES *et al.*, 2018).

2.3. Tradição inventada?

Aproximando-se da área considerada centro histórico de Belterra vai se percebendo mudanças como ausência de muros nos limites dos lotes, casas de madeira e boa parte das construções, sejam elas residenciais ou institucionais, nas cores verde e branco (Imagem 12), o que julguei curioso. Afinal, por que depois de tanto tempo e já como município faziam questão de manter as cores padrões do tempo de cidade-empresa?

A “tradição inventada” trata-se de um termo utilizado por Hobsbawm (2008), para designar um conjunto de práticas guiadas por regras “não-oficiais”, são geralmente de natureza ritual ou simbólica e visam agregar valores e normas de comportamento através de repetições e estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Ou seja:

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. (HOBSBAWM, 2008, p.12)

Desse modo, afere-se que esse é um caso típico de tradição inventada, pois através das entrevistas percebi que há controvérsias inclusive sobre a origem desse que os moradores chamam de “padrão”, alguns disseram que vem desde o período de Ford, outros que teria vindo posteriormente, na administração do Ministério da Agricultura, há também quem atribua significado à utilização do verde e do branco:

As cores também defendemos a padronização delas. (...) Isso é desde o Ministério da Agricultura, eram as cores dele”. (morador Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018)

A cor das casas padrão verde e branco, onde o Verde representava a floresta e o Branco o látex. (Maria Risonete da Silva Pereira. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018).

Hoje é tradição, vem de longa data. É obrigado, mas tem gente que não quer mais fazer isso. Quer pintar sua casa da cor que preferir. (moradora Francisca Amaral Lima. Entrevista realizada em Belterra na data de 24/09/2018).

A minha casa era uma da Vila Operária. Sempre foi pintada dessa cor (verde e branco). (morador Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018).

Segundo o arquiteto da prefeitura de Belterra, Lucas Rotta, há uma divergência temporal nos relatos dos moradores:

Aqui confundem muito a época do Ford, que quase todos faleceram e a época do Ministério da Agricultura. Quando contam a história, eles contam a do Ministério. Quando eu comecei a perguntar as pessoas diziam histórias, mas percebia que a pessoa não tinha idade correspondente a época da história que estava contando, eu ia perguntando e as pessoas iam se confundindo, o que demonstrava que para eles não tinham muitas mudanças da época Ford para o Ministério. (Lucas Otávio Rotta, Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018).

Relato que manifesta o problema da memória não como reconstrução do tempo, mas como recolha de reminiscências e atribuição de valores.

Porém, ainda que haja imprecisão da temporalidade nos relatos ou sobre a origem da utilização desse padrão de cores, o que interessa perceber é como em Belterra, o Município (mesmo após várias gestões) e muitos moradores por vontade própria assimilaram essas cores como elemento de identidade local.

Imagem 12: Construções com diversos usos que conservam o “verde-e-branco” em Belterra. 1. Residencial; 2. Secretaria Municipal (Semteps); 3. Escola infantil; 4. Igreja Batista.



Autora: Zâmara Lima, 2017.

Durante os percursos que fiz, ora a pé, ora em veículos, encontrei casos que chamaram atenção pelo fato de que mesmo algumas residências já havendo sido modificadas e até reconstruídas em madeira ou mesmo alvenaria mantinham o “verde-e-branco” em suas fachadas (Imagem 13).

Imagem 13: Casas da Vila Operária que apresentam intervenções total ou parcial, mas conservam as cores padrões - verde e branco.



Autora: Zâmara Lima, 2018.

O que não é bem-visto pelo arquiteto da Prefeitura de Belterra:

Já foi uma diretriz e virou uma tradição, tem pessoas que pintam casas de alvenaria também de verde e branco, (...) não tem lei que obrigue. Eu sou “meio” contra, pois pra mim as novas podem pintar como quiser. “As Mensalistas” dizem que começa da praça e do outro lado tem casas réplicas que foram construídas depois, fizeram igual e foram pintadas de verde e branco. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra na data de 24/09/2018)

A utilização desse padrão de cores também foi observada em Fordlândia (Imagem 14), porém é menos marcante devido a menor frequência com que ainda se encontram construções nessas cores ao percorrer as vilas, visto que muitas já foram modificadas e seus moradores optaram por novas cores para as fachadas ou mesmo mantiveram o natural dos materiais, madeira ou alvenaria de tijolos cerâmicos.

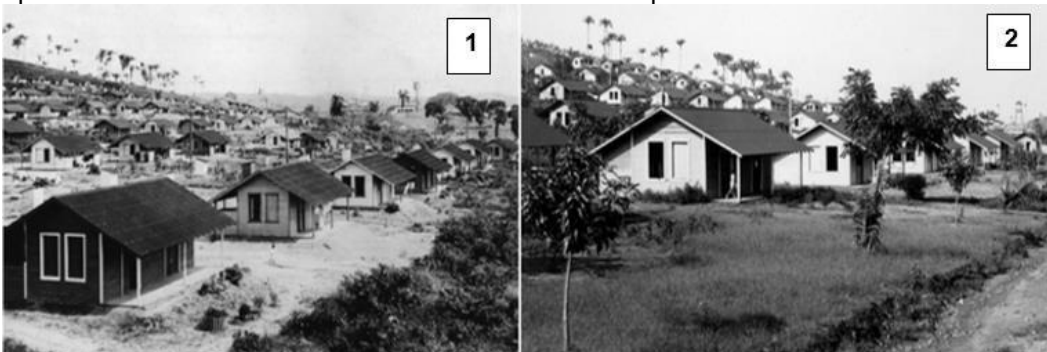
Imagem 14: Construções com diversificados usos que conservam o “verde-e-branco” em Fordlândia. 1. Residencial; 2. Antigo convento; 3. Antigo refeitório; 4. Residencial.



Autora: Zâmara Lima, 2014.

Em busca da real origem do uso dessas cores, encontrou-se registros fotográficos, que datam do período da Companhia Ford no Brasil, contudo, por serem em preto e branco (Imagem 15) não permitem ter clareza sobre as cores. Somente através do contraste entre claro e escuro em algumas fotografias é possível julgar não haver um padrão (1) pois se veem unidades em cores claras e outras escuras; ou que as casas eram monocromáticas (2) já que não é possível ver as marcações dos detalhes de esquadrias em cor escura referente ao verde. Afinal, teria sido o padrão implantando pelo Ministério da Agricultura?

Imagem 15: Fotografias da Vila Operária em Fordlândia. 1. Foto que data de 1930, demonstra não haver padrão de cor nas casas da vila. 2. Foto que data de 1933, mostra as casas aparentemente em pintura monocromática.



Fonte:

1. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342008000200005&lng=pt&nrm=iso>

2. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2015/07/imperio-perdido-na-amazonia-1177/>>

Todavia, alguns autores fazem menção em seus trabalhos da utilização dessas cores por Ford, como Razente (2012, p. 660) em:

Na distante Amazônia a habitação faz a transposição de uma tipologia arquitetônica. As casas dos operários, como H. Ford exigia, são térreas, construídas em madeira, pré-fabricadas, **pintadas em verde e branco** (grifo nosso), alinhadas em relação à rua, sem muros nas divisas e ajardinadas. Para os níveis hierárquicos superiores da administração destinam-se os amplos bangalôs da Vila Americana.

E o autor Greg Grandin (2009) que relata sobre o período da construção de Belterra em que Ford também enviou equipes para uma região da “Península Superior” dos Estados Unidos, onde mandou construir um conjunto de doze bangalôs. O lugar foi batizado de Alberta, localizada em Michigan, foi destinado à agricultura e beneficiamento da madeira, se tornou um acréscimo ao programa de indústrias de vilarejo.

Ao longo dos dois anos seguintes, Alberta e Belterra prosseguiram em linhas semelhantes. (...) Até mesmo os bangalôs das duas cidades eram parecidos. Com detalhe em **verde** (grifo nosso), foram feitos ao estilo de Cape Cod, com telhados muito inclinados e cumeeiras (GRANDIN, p. 320, 2009).

A partir dessa informação e através de buscas por imagens se pôde concluir que, de fato, as cores foram usadas pela Companhia Ford em suas vilas industriais, como explícito a seguir, na qual também é possível perceber outras similaridades entres os bangalôs construídos pela empresa no mesmo período nas duas cidades.

Imagem 16: Comparações entre bangalôs em Belterra e Alberta, nota-se ambas nas cores verde e branco. Lado esquerdo: bangalô em Belterra, Pará; Lado direito: bangalô em Alberta, Michigan.



Fonte: Imagens de streamlined: Belterra, Amazônia / Alberta, Michigan, 2013
Disponível em: <<https://vimeo.com/34769127>>

3. Considerações finais

Há uma tendência de se incluir cada vez mais diferentes formas de construir às políticas de preservação, no entanto, coexiste ainda a falta de conhecimento e rejeição por outros tipos de construções, como por exemplo a arquitetura em madeira, principalmente quando de traços simples, como as das vilas operárias em Fordlândia e Belterra, ou mesmo, a Casa de Chico Mendes em Xapuri (AC). Por isso a importância de se resgatar a memória dos moradores, reviver as memórias afetivas e encontrar nas memórias coletivas argumentos que os façam perceber que o valor não está no material construtivo, mas na significação e identidade.

Através das incursões em campo e etnografia se pôde perceber que nas duas localidades os moradores remanescentes mantêm vivas as memórias afetivas dos tempos da Companhia, inclusive com um certo saudosismo ao comparar o passado com o presente. Entretanto, a importância histórica e as memórias individuais e coletivas não têm sido suficientes como forma de salvaguardar o bem imóvel, principalmente em Fordlândia, onde um número significativo de casas teve a madeira substituída por alvenaria, o que implica na necessidade de utilização de estratégias para a luta de significação através do simbolismo.

Contudo, manter as casas em “verde e branco”, mesmo quando já modificadas em alguns casos, é um exemplo de que ainda existe uma forte relação dos remanescentes com a história do lugar, afinal, a invenção das tradições nasce de um objetivo: se referir ao passado continuamente de forma simbólica. Especialmente em Belterra, as cores tornaram-se um padrão, sem que haja imposições e sem que ao menos tenham total conhecimento sobre a origem disso. Seria uma forma de se reconhecer ou de querer ser reconhecido?

Por fim, considera-se que há elementos suficientes para que se busque a patrimonialização, por outro lado, não há como descartar as dificuldades em se manter as construções em madeira em uma região quente e úmida sem que haja orientação e suporte, principalmente recursos, para os cuidados necessários.

Referências

1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural. Portal Iphan, mai/2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000---fase->>

BOLLAS, Christopher. A arquitetura e o inconsciente. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. [online]. 2000, v. 3, n.1. pp. 21-46.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>

BRUGNERA, Ana; MEIRELLES et al. A relação da morada dos ribeirinhos da Costa do Canabuoca, Manacapuru-AM: processos construtivos da Costa do Canabuoca. In 4º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, set/2016.

Casa de Chico Mendes, no Acre, recebe reforço na proteção e preservação. Portal Iphan, abr/2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ac/noticias/detalhes/3563/casa-de-chico-mendes-no-acre-recebe-reforco-na-protecao-e-preservacao>>

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade / UNESP, 2001.

DUARTE, Cristiane R. S. Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010, Rio de Janeiro.

LIMA FILHO, Manuel F. L.; ABREU, Regina M. de; Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil. in Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Org. Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p.

FRACALOSSO, Igor. Clássicos da Arquitetura: Vila Serra do Navio/ Oswaldo Bratke. In ArchDaily. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/772335/classicos-da-arquitetura-vila-serra-do-navio-oswaldo-bratke>>

FREITAS, Marcelo de Brito A. P. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: Dois personagens e a questão do patrimônio cultural Brasileiro. In 46ª Reunião Anual da SBPC. FAUUSP: São Paulo, 1994.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita. In: Obras e vidas: o antropólogo como autor. Petrópolis, Vozes, 2013.

GRANDIN, Greg. Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HOBBSAWN, Eric et al (Org.). A invenção das tradições. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tabela de Processos de Tombamento. jan/2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>

LEWGOY, B. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 5, n. 5-6, p. 1-24, 30 mar. 1996.

LIMA, Maria Dorotea de. O Norte do Brasil: Identificação e Reconhecimento. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 37, IPHAN, 2018.

LIMA, Zâmara E.A. *Fordlândia: Arquitetura norte-americana do início do século XX na Amazônia, suas tipologias e adaptações*. 2015. 80 f. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. In Revista Mosaico, v. 8, n. 12. Fundação Getúlio Vargas, 2017.

MACEDO, Ana Beatriz; TOURINHO, Helena; BRAGA, Ana Cristina. Afuáguas: A relação entre paisagem e percepção urbana na cidade de Afuá (PA). Paisagens Híbridas, v.1, n. 2, 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antonio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor; AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. *Patrimônio: atualizando o debate* [S.l: s.n.], 2006.

MENESES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan, 2012. 404 p., 24 cm. -- (Anais; v. 2, t. 1)

MENEZES, Tainá; PERDIGÃO, Ana Klaudia; PRATSCHKE, Anja. O tipo Palafita Amazônica: contribuições ao processo de projeto de arquitetura. In Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2758/2187>>

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p.377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA José Carlos M.; LEITE, Márcia da S. P. A “fala do desenvolvimento” em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização. Novos Cadernos NAEA v. 14, n. 2, p. 197-217, dez. 2011, ISSN 1516-6481).

Patrimônio Material – AC. Portal Iphan, s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/519/>>

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAZENTE, Nestor. Arquitetura Utopista Na Floresta Amazônica. In XIV ENTAC - Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Juiz de Fora, 2012.

RIBEIRO, Vanessa Cláudia Marques - Construções sobre palafitas: do Inquérito à arquitetura regional à contemporaneidade [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/8001>>

SANTOS, Karla; GHIRARDELLO, Nilson. Um habitar “moderno” para as cidades interioranas do Brasil: O bangalô. In IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.

SAPIEZINKAS, Aline. Do patrimônio histórico ao patrimônio cultural: diálogos e interações na aplicação das políticas públicas de preservação. Habitus, Goiânia, 2008.

SECRETARIA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN/pró Memória). Fordlândia e Belterra: Na Amazônia, um patrimônio a preservar. Edição: Fundação Nacional pró Memória, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1989. pp. 1-5.

TINOCO, Jorge E. L. Casa de Chico Mendes – Xapuri, Acre. CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/noticias/693-casa-de-chico-mendes-xapuriac.html>>

VELOZO, Mariza. O fetiche do patrimônio. Habitus, Goiânia, 2006.

VERGUET, Céline. Faire La Preuve Du Patrimoine: Authentification et plaidoyer patrimonial. L’argument Historique et L’argument familial. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun.2015. p. 1-18.2015

XIMENES, Juliano; RODRIGUES, Roberta; AVELAR, Wallace. Vila Serra do Navio: ordenamento territorial e preservação do patrimônio moderno. In III SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. Belém, 2018.

Documentos

Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>

Declaração de Amsterdã, 1975. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>

Carta de Burra, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>

A DIALÉTICA DO PATRIMÔNIO: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA

Zâmara Elaine Anunciata Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Resumo

O conjunto urbano de Fordlândia e Belterra segue em um prolongado processo de tombamento pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional desde o ano de 1990. Haja vista as dificuldades nesse processo como longas distâncias e isolamento, inexistência de regularização fundiária, falta de políticas públicas de preservação, dentre outras que têm servido de argumentação para o abandono e desmantelo de boa parte do acervo arquitetônico com particularidades da arquitetura residencial norte-americana foi pertinente contrapor as falas dos moradores, representantes municipais e da instituição de salvaguarda federal para detectar possíveis divergências de perspectivas e as principais controvérsias nesse cenário que se torna heterogêneo com relação às duas localidades. Para tanto, adotou-se o método qualitativo com aplicação da etnografia para incursão em campo, a utilização da ferramenta Arquivo Mnemônico de Lugar para demonstrar graficamente os temas mais recorrentes nessas importantes narrativas e a partir desses resultados se discutir a pertinência da concessão do tombamento, porém ratificando que este é apenas um ato administrativo e não garante a conservação.

Palavras-chave: Patrimônio, Company town, Regularização Fundiária, Fordlândia, Belterra, Amazônia, Pará.

A DIALÉTICA DO PATRIMÔNIO: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA

Zâmara Elaine Anunciata Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Abstract

The urban area of Fordlandia and Belterra has been in a prolonged process of overturning by the National Historical and Artistic Institute since 1990. There are difficulties in this process such as long distances and isolation, lack of land regularization, lack of public preservation policies, among others that have served as an argument for the abandonment and dismantling of much of the architectural collection with particularities of American residential architecture, it was pertinent to counter the statements of residents, municipal representatives and the federal safeguard institution to detect possible divergence of perspectives and main controversies in this scenario that becomes heterogeneous with respect to both locations. To this end, the qualitative method was adopted with the application of ethnography for field incursion, the use of the Mnemonic Place File tool to graphically demonstrate the most recurrent themes in these important narratives and from these results we discuss the pertinence of the tipping concession, but ratifying that this is only an administrative act and does not guarantee conservation.

Key words: Heritage, Company Town, Land Regularization, Fordlandia, Belterra, Amazon, Pará.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que um processo de tombamento envolve muitos interesses, além do cultural e que muitas vezes são interesses divergentes, o que acaba gerando um cenário de conflitos em comunidades ou mesmo cidades históricas.

No caso do conjunto urbano de Fordlândia e Belterra esses percalços tornaram-se tantos que desde o pedido do tombamento em 1990 o processo segue em situação de instrução, segundo a Tabela de Processos de Tombamentos do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018). Além das dificuldades de acesso e comunicação devido às longas distâncias, há conflitos de natureza econômica, política, ambiental e social que serão expostos no decorrer do artigo. Para tanto, se utiliza as falas de atores sociais dessas localidades e se inicia pela ferramenta Arquivo Mnemônico de Lugar para representar graficamente quais aspectos mais recorrentes nesses discursos, cujos principais serão tratados nos demais tópicos.

Ademais foram pertinentes também a fala de representantes da gestão municipal em exercício e da ex-superintendente do IPHAN, quem por mais tempo acompanhou o processo, para compreender tais posicionamentos que são determinantes para a patrimonialização e detectar as possíveis divergências de perspectivas, a fim de que se possa discutir sobre as principais controvérsias e se, afinal, o tombamento é ainda possível e pertinente, já que após tantos anos muito vem se perdendo desse acervo material.

1. Arquivo Mnemônico de Lugar

Após algumas visitas anteriores à Fordlândia e Belterra para realizar a etnografia optou-se pela utilização da ferramenta do Arquivo Mnemônico de Lugar para dar substância à análise do discurso. Usa-se aqui a mesma abordagem utilizada por Uglione, que chamou de arquivo mnemônico do lugar “ao processo que é ativado quando é feito a alguém uma demanda de rememoração acerca de um lugar (um espaço construído e seu entorno) na cidade.” (UGLIONE, 2008, p.146).

Duarte (2010) descreve resumidamente sobre as etapas deste método:

O Arquivo Mnemônico do Lugar se dedica, inicialmente, a coletar narrações sobre determinado ponto em suspensão da cidade. (...) Todas as narrativas coletadas nesse exercício são encerradas dentro de um mesmo quadro e, em seguida, são identificados tanto as metáforas que delas emergem quanto os esquecimentos, as lacunas, os vazios. À cada metáfora é atribuída uma cor e as narrativas vão se transformando em gráficos coloridos, que poderão, eventualmente, ser comparados em termos de frequência de aparecimento das metáforas,

de repetição do tema ou de resignificação do lugar (DUARTE, 2010, p.9).

Portanto, durante as viagens à campo e a realização da pesquisa etnográfica, todas as falas dos entrevistados foram gravadas, posteriormente transcritas e de acordo com o conteúdo das entrevistas foram elencadas as metáforas mais frequentes cujo as mais relevantes serão abordadas no decorrer do artigo, a elas foram atribuídas diferentes cores para que fossem facilmente percebidas através de gráficos quais as de maior relevância para aquele grupo de pessoas, inclusive permitindo fazer um comparativo entre as narrativas em Fordlândia e em Belterra.

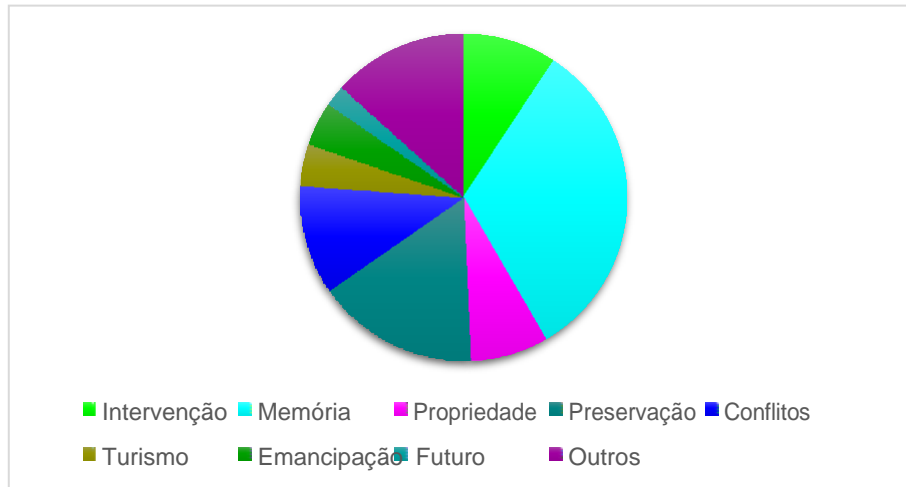
Imagem 1: Exemplo de trecho com transcrição e as respectivas cores atribuídas às metáforas.

Mas meu pai morou em Fordlândia, quando ele veio para cá (Belterra) foi na época que estavam fazendo plantio em Belterra. Ele foi funcionário da Companhia.
 Antes Morei na Dez (de quem vem de Santarém) em outros lugares, mas sempre aqui mesmo em Belterra.
 A pessoa que morava aqui foi embora para Belém. Como ele era funcionário do Ministério, tinha que comunicar para fazer a transferência, colocar o nome da pessoa que passaria a morar. Isso tudo ainda é da União. Mesmo depois de ser município.
 Falaram sobre tombamento, disseram que iam tomar a casa, que iam reformar.
 Eu fiz essa reforma pois era de madeira e estava caindo. Não mudei a fachada, eu não mudei o padrão dela, a frente...
 Que eu saiba nunca veio ninguém do IPHAN. Talvez pode ser que tenham vindo, mas acho que há muito tempo.
 Já os turistas vem mais para Santarém e Alter do Chão, se vem a Belterra, é apenas para uma "volta rápida", mas quando vem eles entram aqui na Vila e tiram fotos. Acho melhor assim, é mais tranquilo pois eu não sei se o lugar é preparado para receber turistas.
 Antigamente tinham poucas casas, mas hoje tem muitas casas, inclusive invasões. Pois aqui é franco, não corre dinheiro.
 Quando eu trabalhava na escola, foi municipalizado antes de eu sair. Eu estava nesse período de transição. Mas para nós não foi bom por conta do pagamento, pois antes era "certinho" e depois passaram a atrasar um pouco.

Fonte: Zâmara Lima, 2018.

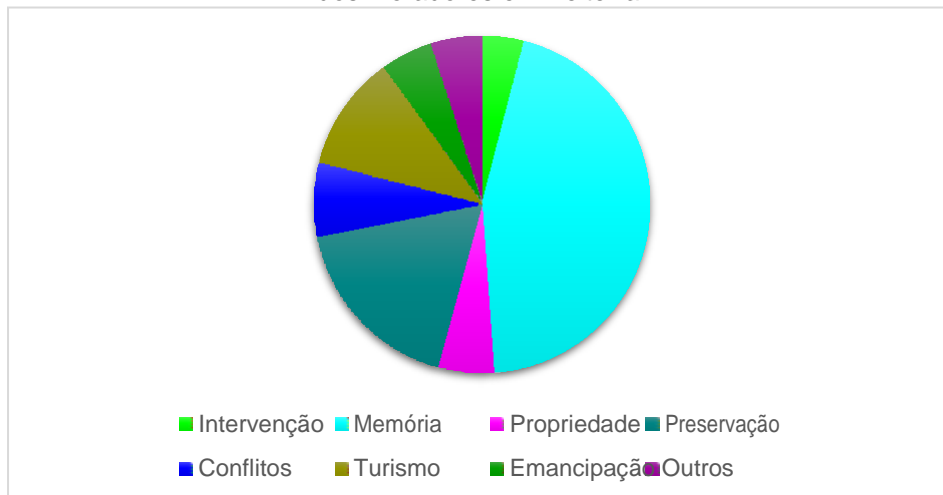
Os assuntos mais abordados foram as memórias dos tempos da Companhia Ford ou de histórias que os mais antigos contavam, as intervenções/modificações que as casas já sofreram nos últimos anos, a preservação pautada no que sabem sobre o tombamento e a ida do IPHAN até lá, os vários conflitos gerados com acusações mútuas entre moradores, prefeituras e IPHAN e outros dois principais conflitos sobre a emancipação e a propriedade das terras e imóveis que pertencem à União. Alguns também citaram o turismo como alternativa para o desenvolvimento local e o que esperam do futuro para o lugar onde vivem. Com base nessas informações os discursos foram demarcados pelos seguintes temas: Memória, Intervenção, Preservação, Conflitos, Emancipação, Propriedade, Turismo e Futuro.

Imagem 2: Metáforas identificadas e a frequência percentual dos temas abordados nas falas dos moradores em Fordlândia.



Autora: Zâmara Lima, 2018.

Imagem 3: Metáforas identificadas e a frequência percentual dos temas abordados nas falas dos moradores em Belterra.



Autora: Zâmara Lima, 2018.

A partir desses gráficos é possível fazer uma interpretação muito verossímil da realidade encontrada nesses lugares como veremos nas abordagens seguintes. Fazendo o comparativo entre as duas localidades os temas como Memória, Preservação e Turismo foram mais recorrentes em Belterra, enquanto temas como Propriedade, Intervenção e Conflitos foram mais frequentes em Fordlândia, o que permite deduzir que o cenário em Fordlândia é mais complexo e pautado em adversidades, enquanto Belterra sinaliza para a busca de uma identidade local com expectativas para o turismo.

Há ainda duas metáforas passíveis de interpretações: a Emancipação foi citada em ambas as localidades com frequência aproximada, entretanto, de modos diferentes, pois em Belterra muitos moradores citam a emancipação como a “salvação” para a

localidade, já em Fordlândia, por não ter sido emancipada, os moradores lamentam, como será abordado em um dos tópicos a seguir. Enquanto a metáfora sobre o Futuro aparece apenas no gráfico de Fordlândia, pode-se interpretar como a esperança que apesar de todas as dificuldades ainda resta na comunidade.

2. Memória face ao presente

É provável que as dificuldades de acesso tenham postergado por alguns anos as grandes intervenções residenciais nesses lugares, principalmente em Fordlândia onde o acesso é desfavorável. Isso porque é necessário ir até as cidades mais próximas para compra dos materiais de construção e ainda pagar pelo transporte (frete) do mesmo. Em conversa com a ex-superintendente do IPHAN Dorotéia Lima, esse entendimento é ratificado e posto dentre outras circunstâncias:

Fordlândia por muito tempo até que foi preservada, por conta do isolamento e a falta de dinheiro circulando. Mas depois que passou a funcionar a Pousada... E acaba que prefeitura e o próprio SPU (Secretaria do Patrimônio da União) se omitem. E Prefeitura quer investimento lá, então se alguém quer colocar uma pousada, por exemplo, eles conseguem uma maneira de ajudá-lo. (Maria Dorotéia de Lima, ex-superintendente do IPHAN. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018).

Fala esta, que é compatível com o inesperado contexto que fora encontrado em Fordlândia na viagem realizada em julho de 2017, pois havia um intenso processo de modificação das casas das vilas, especificamente as conhecidas como Casas Grandes (localizadas na Avenida Boa Vista) e surpreendeu, sobretudo pela quantidade de obras coexistentes em uma pequena área.

Imagem 4. Quadro com o tipo “Casas Grandes” em obras ou modificadas: 1. Fechamento da varanda, madeira substituída por alvenaria; 2. Perda total das características arquitetônicas destoando do conjunto; 3. Substituição de telhado e uso de alvenaria; 4. Fechamento de vãos com alvenaria e adição de novos elementos (esquadrias).



Autora: Zâmara Lima, 2017.

Em conversa com moradores é possível ouvir muitas narrativas que integram a arquitetura e o ambiente construído. Tal reconhecimento do espaço construído é de suma importância para a memória, pois “guardam através de sua materialidade a memória das ideias, das práticas sociais e dos sistemas de representação dos indivíduos que ali convivem” (BOGÉA, 2009, p.3-4). Porém, veremos a partir das entrevistas que apenas a memória e reconhecimento do espaço construído podem não ser o suficiente para a conservação, afinal, como dito por Assmann (2003) “pode o relevante perder a importância e o que era secundário adquirir significado”, ou seja, as casas podem ter sido mantidas até aquele momento pela relevância, mas posteriormente perderam o interesse de mantê-las naquelas condições.

Além das categorias sociais expressas ao utilizar os nomes das Vilas para identificar moradores, como já citado anteriormente, outro exemplo dessa materialidade das práticas sociais e da representação dos indivíduos citados por Bogéa (2009) aparece na narrativa de um morador que fala da rivalidade existente entre dois núcleos residenciais, Vila e Prainha.

Você conheceu a Prainha? Ali, lá... chamada Prainha, uma vila que tem lá... aquilo era uma beleza bonita, aquelas casas... eu tinha 10 anos de idade, era umas casas bonitas, bem feita, tinha tudo dentro... aí quem morava na Prainha, tinha uma rivalidade entre a Vila e a Prainha, os da Prainha não gostavam da Vila, aí sempre também era uma briga porque achavam que a Vila queria ser melhor de que a Prainha. Era uma rivalidade. Ainda tem até hoje (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia - 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

É provável que essa “rivalidade” tenha sido gerada pelas diferenças sociais originadas ainda no tempo da Companhia Ford devido às hierarquias estabelecidas na configuração espacial da *company town* que se refletiram nos núcleos residenciais, “essas hierarquizações ficam evidenciadas no padrão construtivo das casas que, como signos visuais, informam sobre o sistema de relações pessoais que ali se interpunham” (Ferreira, 2013, p.81). À exemplo do conjunto de moradias da Fábrica Rheingantz (Rio Grande - RS)¹, as chamadas “casas da fábrica”, onde “esses espaços revelavam as estratificações e os processos de discriminação étnico-social, regidos por uma ordem baseada nas distinções e nos papéis sociais que se estabeleciam como um prolongamento do que ocorria no interior da fábrica” (FERREIRA, 2013, p. 81).

Na Rheingantz, dentro do universo social dos operários havia, igualmente, expressões de seccionamento e diferenciação social. O uso da expressão “gente do corredor” como elemento classificatório,

¹ A Fábrica Rheingantz foi uma fábrica têxtil fundada no final do século XIX na cidade de Rio Grande (RS). (Ferreira, 2013)

referindo-se aos operários que moravam nas casas em fita, é um desses exemplos mais evidentes. Essas casas eram entregues aos operários de menor qualificação e com famílias pequenas. (FERREIRA, 2013, p. 83).

Apesar do morador Waldemar alegar que essa “rivalidade” ainda existe em Fordlândia, Ferreira (2013) enfatiza que no tempo da recordação não são as intrigas e os conflitos que são usados para caracterizar esses espaços, pois é o reconhecimento do passado compartilhado que aproxima os antigos moradores e esse processo de ativação da memória coletiva está implícito na conservação do patrimônio cultural (BOGÉA, 2009).

Ao serem indagados sobre as memórias que guardavam de suas antigas residências, pois muitos mudaram de Vila, alguns moradores acabavam fazendo um relato de como as casas foram construídas naquele tempo pela Companhia Ford.

A primeira casa foi na Vila, umas casinhas pequenas que tem pra cá... você já viu né? Foi na Vila... bem aqui nessa rua logo... as casas foram feitas pré-fabricadas aqui né? Elas eram feitas lá no... não sei se você já foi lá no lugar que chama 'Cercado'², bem aqui em cima... só tem o lugar da serraria... A serraria eles pegavam a madeira colocavam na estufa e da estufa já saía pra fazer a casa lá mesmo, a casa era feita lá mesmo no Cercado, só botava as bases, aí já vinha prontinha só botava nas bases. E as casas até hoje tão aí... (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia - 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Belterra aparentemente possui maior número de construções preservadas que Fordlândia, mas é interessante perceber que em muitas narrativas as memórias se complementam ou se cruzam em algum momento demonstrando a relação mútua que existiu ou ainda existe, embora em menor intensidade, entre as duas localidades formadas pelo empreendimento Ford. Pode-se, por exemplo, complementar a memória de Waldemar com a fala de Chardival, um morador de Belterra que também menciona sobre a serralheria montada em Fordlândia e o transporte de madeira para lá.

As madeiras vinham pra construir essa casa, pois quando vieram pra Fordlândia eles trouxeram até serraria dentro do navio e montaram tudo, já vinham de lá com o material pronto para montar. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2019 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

²O Cercado é como é conhecida a área industrial em Fordlândia, onde estão os galpões, estação de tratamento de água (inativa), onde ficavam serralheria e os fornos para o beneficiamento do látex. Hoje funciona como área administrativa sendo ocupada pela sede local do município de Aveiro, com garagem, depósitos e por uma estufa agrícola da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Há, inclusive, um dos personagens entrevistados que pode exemplificar de forma mais explícita essa conexão mesmo após o fim da Companhia. O então morador de Fordlândia e funcionário do Ministério da Agricultura, Percílio teve de ir para a cidade de Santarém quando os dois pólos federais (de Fordlândia e Belterra) foram fechados e depois de aposentado escolheu morar em Belterra, mas lembra-se bem da antiga residência.

Eu morava na Vila Operária (em Fordlândia), naquelas casas de madeira da Avenida Boa Vista. (...) Era a casa número 509. Tinha sala, pátio, banheiro dentro de casa, cozinha e quarto, na qual uma cortina que dividia sala e quarto. (...) (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2019 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Os moradores costumam ser descritivos ao rememorarem os cômodos das antigas residências, os materiais construtivos e muitos não deixam de citar que elas já sofreram modificações atualmente, por vezes justificando em seguida com as condições precárias que as casas se encontravam e a dificuldade de mantê-las.

Era de madeira, tinha só a sala, um quarto, a varandinha, a cozinha e o banheiro... era pequeninha a casa, até hoje ta aí a casa...pequena, só que agora ela não é mais a mesma casa. Essa casa, hoje mudaram. Fizeram... aumentaram mais fizeram vários tipos de cômodos... quarto, sala... não é mais aquela casinha, original. Aumentaram. Fizeram uma parte de madeira, uma parte de alvenaria. Tiraram toda a estrutura da casa. Descaracterizaram a estrutura original dela. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Era o estilo dela mesmo. Hoje já modificaram já, já foi modificado. La em cima, nessa área de cima, onde se chamava "bangalô", era umas casas tudo moderna, vinha gente de fora tirar o modelo para fabricar em outro lugar. Aqui pela Prainha também, lá tinha também... Agora hoje em dia, tudo... umas andaram caindo, não tiveram condições de levantar, era difícil. (Edy Jansen Branco. Entrevista realizada em Fordlândia - 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

As casas eram todas uniformes, iguais, todas. Todas daqui da Vila como a gente chama, pra ali pra aquele outro bairro que a gente chama de Prainha, todas, todas iguais, até a minha estadia aqui. Aí depois que passou pro município aí já percebe a deformação daquelas casas antigas, vê coisas diferentes... A nossa mudou um pouquinho. (...) Mudamos as telhas, as paredes, o chão... o piso. Aqui na Vila o piso era assim (mais grosso), mas na Prainha, algumas casas tinham piso em madeira, vila chapéu... (Josué Gonçalves do Carmo. Entrevista realizada em Fordlândia - 19/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Todavia, também é possível notar nas narrativas pertinentes às moradias muitas vezes se associam ao tempo de administração da Companhia e transparecem seja na fala sobre a técnica ou padrão construtivo utilizados, seja pela estética das casas e/ou

o rigor na limpeza das ruas naquele período. Assim como as reflexões dos ex-trabalhadores da Fábrica Rheingantz que “circunscreviam-se em pares de oposição entre passado e presente, nos quais o passado expressava qualidades e valores que no presente eram negados”. (FERREIRA, 2013, p. 77), também ocorre em muitos trechos de conversas dos moradores, principalmente de Fordlândia, por exemplo:

O que me deixa muito triste é ver que o nosso povo não teve zelo pelo que foi deixado, doado a nós. Tinham algumas casas próximas do Hospital, aonde moravam alguns funcionários de um escalão mais alto, que após a saída deles mudaram muito (as casas). Na casa 1 tinha “de tudo”, por exemplo, louças de porcelana, talheres de prata. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2019 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

O morador Edy também conta como lembra que era a vida em Fordlândia, naquela época:

Morava lá na Vila lá... e nós passemos pra cá em 1954, eu tinha 16 anos. Meu pai morreu em 1954 e aí eu fui colocado para a oficina, eu estava na quarta série, eu tinha que estudar e terminar pra ficar lá na oficina. (...) Ele convivia com o pessoal dos americanos, na rua existia fiscalização para tudo. Ninguém jogava nada pra fora de casa, lixo papel, nada... tinha que ter um depósito ou um tambor de lixo, depois vinha a coleta de lixo né? Então tinha isso tudo, um “dever” para as pessoas, um regime. (Edy Jansen Branco. Entrevista realizada em Fordlândia - 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Do mesmo modo, Percílio relata sobre essa época de muito trabalho, fiscalização e racionamento de energia:

Fordlândia era interessante eles ligavam as luzes as 6 da tarde. Durante o dia a energia era para o Hospital, parte do comércio, a Vila Americana e a Chapéu, por volta das 11 da noite eles desligavam o motor e ligavam novamente as 5 da manhã. Tinha um sinal que alertava quando era 7 da manhã que era pra avisar o início do trabalho, onde cada um tinha que começar seus afazeres. Não podia ficar parado, pois havia bastante fiscalização. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Em outras palavras, nas reflexões dos moradores de Fordlândia a precariedade do presente é retratada pela ausência da “organização e rigor” do passado de cidade-companhia na localidade, que segundo eles acabou após a transferência administrativa para o Município de Aveiro. Em Belterra esse sentimento é latente, possivelmente por não existir mais a dependência e a espera dos moradores pela emancipação após ter se tornado município, ou seja, mesmo com todos os problemas atuais as falas soam como alívio, por considerarem que a emancipação foi mais favorável, como será explanado adiante.

3. Sob nova administração.

Um dos assuntos mais recorrentes e quiçá o mais contestado são os rumos que Fordlândia e Belterra tomaram administrativamente, principalmente após o repasse da União para os Municípios, o que refletiu direta e indiretamente na questão do patrimônio cultural-arquitetônico, como se introduz com a fala do morador:

Era da União. Se não me engano era o Ministério da Agricultura e depois eles passaram para o município devido o Projeto não ter prosperado aqui. E aí então com município que veio essa mudança, essa 'renovação' de casas. (Josué Gonçalves do Carmo. Entrevista realizada em Fordlândia - 19/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

O quesito “emancipação”, bastante citado pelos moradores em ambos os lugares, trata do período pós-Ministério da Agricultura. Inicialmente Fordlândia foi integrada ao Município de Aveiro e Belterra ao Município de Santarém (Portal das Cidades – IBGE), o que, segundo alguns entrevistados, dificulta/dificultava o desenvolvimento local, já que são/eram feitos poucos repasses de verbas públicas e investimentos, respectivamente. O ponto principal, porém, é que Belterra em 1997 foi reconhecida como Município, cujo último Censo/2010 apresentava população de 16.318 pessoas. Fordlândia, até recentemente era considerada Região Rural do pequeno município de Aveiro (Quadro 4), quando em 2017, conforme a Lei Municipal nº134/2017, foi elevada à categoria de Distrito, que contava com 15.849 habitantes segundo o Censo/2010 (IBGE, 2019).

Quadro 1. Comunidades rurais de Aveiro até o ano de 2017

REGIÃO RURAL	COMUNIDADES RURAIS
Aveiro	Juturana, Itapuama, Uruará, São Raimundo, Godinho, São Francisco, Távio, Daniel de Carvalho, Açaituba, Paraíso
COLÔNIAS DE BRASÍLIA LEGAL	Monte Claros, Trairão, Trairinha, Col. B. Legal, Col. B. Legal, Serra da Fumaça, Barriga Cheia, Cristalino I, Col. B. Legal, Curi TEÇÁ, Col. Curi, Col. Curi, Gleba Arraia, Col. Curi, Col. Curi, Curi TIMBÓ, PA Cristalino, Estrada Barreira, Jaguarão, Chico Lau, Santa Inês
FORDLÂNDIA	Cauassu-ê-pa, Arara, Cachoeirinha, Cachoeirinha, Andrelândia, Egito, Urucurituba, Igarapé Açu, Campo Grande, Santa Luzia
ARAIPÁ	Lago do araipá, Lago do Pereira, lago do, monte cristo
TRANSFORDLÂNDIA	I, II, III, IV,V,VI, Campo Grande, Samaúma, Cacoal
APACÊ	Tumbira, Escrivão
PINHÉL	Anduru, Cametá, Camarão

Fonte: Plano Diretor de Aveiro, 2006.

Houve um movimento político-popular para a emancipação tanto em Fordlândia

quanto em Belterra. De acordo com a fala de alguns moradores, ex-integrantes das comissões, foram criados grupos cujo objetivo era conseguir emancipar as duas localidades, porém apenas uma obteve êxito.

Eu saí da EMBRAPA na entrada do Presidente Collor, (...) ele demitiu muitas pessoas e eu fui junto. Nessa época Belterra estava muito decadente, o Ministério da Agricultura tinha abandonado e foi então que nós começamos um movimento para emancipar Belterra, um grupo de mais de 30 pessoas que no final deu certo. (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Eu era o presidente do Comitê de Emancipação. Nós trabalhamos, fomos a Brasília conversar com o Ministro da Agricultura. Nos pediram para preparar tudo, pois eles também queriam facilitar pra nós. Nós voltamos para cá, fizemos campanha para a população votar no “Sim”, tivemos que explicar para as pessoas o que era emancipação. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra - 24/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Aqui nós lutamos muito pra emancipar, muito mesmo, foi uma luta árdua com deputados, com pessoas, autoridades né... que ficam lá em Brasília. Ta lá em Brasília, foi engavetado o processo de emancipação, mas o governo vetou e não chegamos a emancipar. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia 13/07/2017 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Em decorrência disso, como citado anteriormente, nas entrevistas realizadas em ambas as localidades os entrevistados condicionaram a atual situação ao fator “emancipação”. Enquanto em Belterra celebram o feito, em Fordlândia lamentam e apontam como principal causa da decadência local, e evidentemente as comparações entre ambas ocorrem com frequência.

Quadro 2: Excertos de entrevista acerca da emancipação

Fordlândia	Belterra
<i>O caso de Belterra é que já está emancipada e quando você se emancipa você tem poderes de administrar. Fordlândia por ser mais antiga e por ser o berço do projeto, por que não foi emancipada? (Luiz Magno Almeida Ribeiro. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018: transcrição preservando-se a fala do entrevistado)</i>	<i>Melhorou muito (após a emancipação) pois se não tivesse acontecido teria acabado. Na verdade, Belterra só não deixou de existir mesmo porque já tinha energia elétrica, pois caso contrário teria acabado. (...) (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018)</i>

Fonte: Zâmara Lima, 2019.

Do mesmo modo foi alegado pela população de outras concessões pelo Brasil após a reintegração ao poder público, como por exemplo, a Vila Ferroviária de Paraniacaba (Santo André - SP), uma vila operária construída para abrigar funcionários da companhia inglesa de trens *São Paulo Railway* na construção da Ferrovia Santos-Jundiaí, a partir de 1860, hoje tombada como conjunto urbano pelo IPHAN. (IPHAN, s.d.)

O período de concessão da empresa São Paulo Railway Co. terminou em 1946, e todo seu patrimônio é incorporado ao da União, fato apontado pelos antigos moradores como o início da decadência da vila. Com a desativação parcial do sistema funicular, na década de 1970, parte dos funcionários é dispensada ou aposentada e outros são contratados, para cuidar do novo sistema de transposição da serra, a cremalheira-aderência. (Portal IPHAN, s.d.)

Portanto vê-se que é um episódio comum em povoamentos originados de vilas operárias, após longas concessões e o encerramento das atividades industriais, bem como outros exemplos que tiveram períodos prósperos e a posterior decadência devido fatores econômicos locais, como se pode citar novamente o caso do conjunto urbano de Antônio Prado (Rio Grande - RS) que retrata bem o contexto:

É neste momento que se pode divisar a gênese histórica de representações que subjazem à expressão da memória coletiva local sobre Antônio Prado: o tempo que pára, o declínio do progresso e da modernização, sobrepondo-se aos temas obsessivos do **êxodo dos habitantes, do isolamento e da discriminação política e econômica que a cidade sempre sofreu** (grifo nosso), temas que permeiam desde editoriais do jornal local - reivindicando por décadas o asfaltamento de estradas vicinais - até discursos políticos e sermões religiosos. (LEWGOY, 1991, p.15).

Em Vila Serra do Navio (Macapá – AP) esse processo de transferência foi diferenciado, pois desde a perspectiva de encerramento das atividades da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios LTDA) se agilizou uma movimentação política para viabilizar a criação do município de Serra do Navio, pois em face de uma retirada eminente da empresa era preciso repassar a vila para a esfera pública. Em 1992 o município foi criado e Serra do Navio deixou de ser distrito do município de Macapá tendo a ICOMI encerrado definitivamente suas atividades apenas em 1997. (Rodrigues, 2001) Portanto não houve o período intermediário de posse da União, que gera o que foi chamado pela ex-superintendente do IPHAN, Dorotéia Lima, de “vácuo de poder”, isso “porque é do Governo Federal, mas ninguém atua”, completa. Ademais, o Município de Serra do Navio continuou recebendo repasse de *royalties* até o fechamento da ICOMI, mas após esse período a principal fonte de recursos passou a ser a transferência de recursos públicos o que restringiu significativamente a capacidade de manutenção da infraestrutura da vila. (Ximenes et al., 2018)

Em entrevista à Revista do Brasil, Dorotéa Lima (2015) esclarece sobre a problemática da situação específica de Fordlândia:

Na prática, quem responde pela gestão local é a prefeitura de Aveiro, pois Fordlândia é um distrito municipal. Porém, trata-se de área da União, o que dificulta a atuação do município no que se refere à fiscalização. (NUZZI, 2015)

Condição esta que torna todo o processo de investimentos e fiscalização custoso, refletindo inclusive sobre a questão do tombamento.

Através de depoimentos de moradores e gestores locais pode-se entender as consequências desse cenário e o descontentamento, sobretudo moradores de Fordlândia.

Belterra hoje não tem mais nenhum vínculo com a União. Inclusive aqui (Fordlândia), a Prefeitura Municipal tem um processo administrativo por ter mexido na betoneira e alguns hidrantes, por alterarem esses patrimônios. (Luiz Magno Almeida Ribeiro. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018: transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Fordlândia ainda continua como área do Governo Federal, porém subordinada ao município de Aveiro. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Isso, era patrimônio da união, inclusive documental mesmo. Eu não tenho certeza se já foi formalizada a questão do tombamento para repassar para o município. Eu acredito que ainda não. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Ou seja, o impasse é amplificado por Belterra ter se tornado município enquanto com relação à Fordlândia o sentimento é de esquecimento devido a poucos investimentos durante sucessivos mandatos municipais o que contribui ainda mais para esse discurso, por isso, associam as dificuldades atuais principalmente à transferência administrativa para o município de Aveiro, que aparece muitas vezes como a causa de vários problemas, inclusive as mudanças já realizadas nas casas, a inutilização do sistema de tratamento de água e a falta do hospital que deixou de existir, tudo construído pelos norte-americanos e perdido com a justificativa do abandono.

Eu tenho muita saudade. Quando eu era garoto ainda pude ver uma parte do trabalho dos Americanos. Meu pai me repassava muita coisa. A Caixa D' água é um cartão postal de Fordlândia, ela tem capacidade para 550 mil litros. E essa menor (em Belterra) é aproximadamente 250 mil litros. Lá no rio tem duas bombas que puxavam a água para o sistema de filtragem que existia antes de ir para a caixa. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista

realizada em Belterra - 24/09/2018 transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Essa parte central que era dos funcionários mais privilegiados, tinha a Vila Americana também. A Vila Americana e a Mensalista ia até a caixa d'água, lá (acho que onde fica a caixa d'água) ficava o Grupo Escolar, o último grau da escolaridade de Belterra, a 5ª série. Toda essa área até lá, acho que até onde ficava o grupo escolar, ela tinha sistema completo de água e esgoto. (Chardival Moura Pantoja Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Contudo, muito da responsabilidade também é tomada pela própria população que teria depredado e saqueado alguns imóveis:

Falam que Ford veio roubar, é claro que ele levou "coisas" daqui, mas temos que ver a estrutura que ele deixou em Fordlândia... Quando os americanos chegaram em 1927/1928 eles construíram Fordlândia, que queria dizer Terra do Ford e quando foram embora deixaram aqueles estrutura toda que não zelaram. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Inclusive o hospital Henry Ford que já estava desativado:

A questão do hospital principalmente, foi que a população não teve consciência pela conservação, pois quando algumas pessoas começaram a "deteriorar", outras também se sentiram no direito de retirar, e assim foi se acabando... Saquearam telhas, cobre (que tinha bastante). Hoje infelizmente não há como trabalhar uma revitalização no Hospital, pois encontra-se totalmente deteriorado (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Imagem 5: Sequência cronológica do Hospital Henry Ford, Fordlândia – Pa.



Fonte: 1. [The Henry Ford Org.](http://TheHenryFordOrg.com); 2. Juliana Geller, 2012; 3. Fordlândia Portal de Notícias; Disponíveis em <https://sanguesuoreseringais.wordpress.com/2012/03/13/ontem-e-hoje-hospital-de-fordlandia/>; 4. Zâmara Lima, 2014.

Foi um absurdo o que fizeram com o hospital lá em Fordlândia, lá foi o hospital onde eu nasci, eu tinha orgulho de ter nascido naquele hospital. Onde foi feita a primeira cirurgia plástica no Norte do país, lá passaram os melhores médicos da época. No hospital sempre tinham médicos, que foram embora aos poucos à medida que estavam desativando. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

O repórter Daniel Camargos, do jornal Estado de Minas, visitou o local e descreveu a área do antigo hospital:

O projeto do hospital foi elaborado pelo arquiteto Albert Khan, o mesmo que projetou as fábricas da Ford em Highland e River Rouge, nos Estados Unidos. A capacidade era de 100 leitos e foi um dos mais modernos do país, sendo o primeiro a realizar um transplante de pele. Hoje, é só mato e ruínas. No local abandonado, somente o zumbido de mosquito interrompe o silêncio. (CAMARGOS, 2015)

O Hospital Henry Ford torna-se icônico porque seu desaparecimento é reflexo de todas as questões envolvidas nessa pesquisa, haja vista que o mesmo hospital em Belterra não resistiu após um incêndio em 2005, portanto após a emancipação. Logo, há de se salientar que não se trata aqui de defender a municipalização, afinal sabe-se que as condições municipais de Belterra ainda demandam atenção e tampouco municipalizar resolveria todos os problemas de Fordlândia, trata-se de um sentimento sobretudo da população que lá reside e que espera anos por isso, como no depoimento a seguir:

Belterra tem mais chance (de ser tombada) porque já é uma cidade, foi emancipada, facilitou muito isso aí. (...) Em Belterra conseguiram emancipar e hoje é uma cidade né? Lá é mais próximo de Santarém, mas nós aqui... (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado) Encerra Waldemar como se dissesse “Nós aqui no meio do nada...”

Também há, entretanto, moradores que demonstrem isso através da esperança de melhores gestões no município e que os investimentos sejam melhor distribuídos.

Pra melhorar falta uma administração boa, manter as obras, dividir com Aveiro, porque isso é um empecilho e que a muito tempo sabemos disso. Aí as coisas melhoram. Tem que separar o que é de lá, a verba. (Edy Jansen Branco. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

4. “Somos posseiros, somos ocupantes.”

Para Choay, houve uma tendência de salvaguardar o patrimônio arquitetônico e industrial do século XX, “muitas vezes ameaçado de demolição por causa do seu mau estado, causa hoje em dia um complexo de Noé, que tende a colocar ao abrigo do teto patrimonial o conjunto exaustivo dos novos tipos construtivos aparecidos ao longo deste

período” (CHOAY, 2001. p. 184).

No Brasil, entretanto, pode-se explicar o interesse nesse tombamento não apenas pelos tipos construtivos de um período, mas porque esses complexos industriais constituíram vilas de estrangeiros e operários locais, que por vezes deram origem a cidades e vilarejos com suas peculiaridades, portanto, carregam na materialidade a história e identidade local.

Diante disso, constam na Tabela de Processos de Tombamento do IPHAN – 2018 alguns conjuntos urbanos cujo a formação é de origem industrial, são alguns deles: Vila Ferroviária de Paranapiacaba – Santo André (SP) tombada em 1987; Vila Serra do Navio (AP) tombada em 2008; Vila Operária de Delmiro Gouveia (AL), que assim como o conjunto urbano de Belterra e Fordlândia entram para a lista em estágio de instrução, além do conjunto arquitetônico da antiga Fábrica Rheingantz cujo a solicitação de tombamento foi indeferida. Alguns desses já citados anteriormente.

Contudo, outro tema comum em localidades que nasceram em torno do lugar de trabalho, como fábricas ou empresas que constituem suas próprias vilas operárias, surgiu fortemente durante a pesquisa etnográfica: a titularidade das propriedades, que não poderia deixar de ser abordado ainda que não fosse objetivo inicial do trabalho.

Mais tarde, quando os empreendimentos são desativados, os antigos trabalhadores continuam ocupando as casas, outros se empossam e gera-se o conflito de propriedade desses imóveis que pertencem à União. Esse impasse é de grande relevância no âmbito do patrimônio cultural porque segundo Ferreira (2013):

Ocupar os lugares que no passado abrigavam as atividades do trabalho parecia revelar uma reivindicação de pertencimento ao território local, espécie de apropriação simbólica do passado que ali se depositava. Essa relação entre um universo identificado pela mesma trajetória profissional e a memória que compartilham remete à noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1994), no sentido de compreendê-la como representações e imagens do passado operando sobre o presente (FERREIRA, 2013, p.77).

À vista disso, o subtítulo se refere à fala de um dos moradores de Fordlândia em razão das casas em que vivem continuarem de propriedade da União, mesmo após a transferência administrativa para o município de Aveiro; assim como em Belterra, que mesmo após a municipalização ainda não teve a regulamentação urbanística definida (em curso, até o período dessa pesquisa). Situação que gera conflitos de várias naturezas, sobretudo à despeito do conjunto de bens de interesse patrimonial.

Somos posseiros, somos ocupantes. Tudo pertence à União. (...) À 100 léguas de gleba patrimonial nenhum de nós tem terra, tudo

pertence à União. (Luiz Magno Almeida Ribeiro. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Para explicar a fala anterior primeiro precisa-se entender como as casas foram sendo ocupadas posteriormente ao período dos norte-americanos. A primeira forma de ocupação foi feita por famílias remanescentes de ex-trabalhadores da Companhia Ford, a segunda ocupação através de transferência feita para os funcionários do Ministério da Agricultura, a terceira de forma mais desordenada, a partir de transferências de casas por ex-funcionários do Ministério da Agricultura a parentes ou próximos, distribuição através das sedes administrativas municipais ou mesmo apropriação de casas desocupadas. Não há informação de registro documental das transferências e se possuiriam valor legal.

A pessoa foi embora para Belém. Como ele era funcionário (do Ministério), tinha que comunicar para fazer a transferência, colocar o nome da pessoa que passaria a morar. (Lelia Silva Barros. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Até eu me aposentar pelo Ministério eu morava em Santarém, pois como eu disse, os pólos de Fordlândia e Belterra tinham fechado, então os funcionários poderiam escolher para onde queriam ir, alguns foram para Santarém outros para Itaituba, Belém, Manaus, Alenquer, foram todos redistribuídos. Eu vim primeiro para a casa do meu sogro, e depois a administração me deu essa casa aqui. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Algumas casas foram ocupadas por migrantes recentes, o que não é bem visto por muitos moradores antigos. Segundo Ferreira (2013), o reconhecimento do passado compartilhado coloca-se como um “elemento de diferenciação e distanciamento entre moradores recentes e antigos, aproximando estes últimos em torno da questão da regularização dos títulos de propriedade das casas” (FERREIRA, 2013, p.84). Isso fica implícito no depoimento de Waldemar, ao contar os problemas que enfrentou por ter “distribuído terras para os **filhos de Fordlândia**”, denotando na preferência em beneficiar apenas os antigos moradores.

Eu fui denunciado aqui, já vieram de Belém pra cá pra me prender aqui. Só que não prenderam não. Por causa de terras... eu podia até ter feito errado, mas eu distribuí terras pra fazer terreno aqui pros filhos de Fordlândia, com o aval deles mesmos, dos diretores, mas não recebi nenhuma portaria, nada, mas eu fiz. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Portanto, esse sentimento de pertencimento junto às referências ao passado de uma coletividade pode ser usado como um recurso da reconstrução, sobre uma base comum, capaz de conciliar memórias individuais e coletivas que representem aquela localidade e mantenham a coesão interna. De acordo com Pollak (1989):

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território, eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p.7).

Todavia através de todas as narrativas é possível entender a complexidade dos entraves gerados em razão das questões de propriedade fundiária, no local.

Se desse o terreno diz que vinha a 'federal', tinha esse 'refrão': 'ah se mexer no terreno vem a federal bater, não pode mexer em nada que é da União e se mexer a federal vem bater' e eu mexi nesse terreno, mexi. Mas eles vieram e não bateram não, eu entreguei a minha mão, eu e o delegado: 'ta aqui minha mão, pode me algemarem' falei pra ele: 'mas vou por uma causa nobre, não vou porque roubei ninguém'. Depois eles me deram o maior apoio, o negócio foi uma história longa. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Problemas semelhantes enfrentaram os ocupantes das casas que originalmente pertenciam à Fábrica Rheingantz, pois entre 1997-1998 a direção da Inca Têxtil, nome que assumiu a fábrica depois de ter sido vendida em 1970.

Num processo extremamente conturbado, a Inca Têxtil propunha aos moradores das casas que as adquirissem no valor de mercado, o que gerou protestos fundamentados, de acordo com os moradores, no princípio da justiça: as casas, segundo eles, deveriam fazer parte de um ajuste de contas que nunca foi feito entre a empresa e aqueles que em 1968 ficaram sem salário por seis meses e, posteriormente, sem emprego. (FERREIRA, 2013, p.72).

Levando-se em consideração que o caso Rheingantz parece um pouco mais complexo já que se tratava de propriedade particular, dívidas da empresa e falência, no contexto que nos interessa o receio de algo semelhante transparece nas falas de alguns moradores, principalmente de Fordlândia, cuja grande preocupação é o risco de uma reintegração de posse das casas para a União, embora nos depoimentos nenhum tenha

explicitado diretamente esse receio, mas o risco pode ser iminente.

É repassado para o município, mas já com todas as orientações e normativas para o município transferir para terceiros, se for carente pode ser de graça, o que não tiver ocupação ele pode fazer distribuição ou pode cobrar, alguns ele (município) pode ficar, tem regras. (ex-superintendente do IPHAN, Dorotea Lima. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018 – transcrição preservando-se a fala do entrevistado.)

Em Vila Serra do Navio a indefinição fundiária também foi instaurada mesmo após a municipalização, pois o governo federal reivindicava a propriedade da vila porque teria sido o assinante do contrato, o estado do Amapá alegava ser o sucessor do então território federal do Amapá e o município recém-criado porque eram quem efetivamente faria a gestão. Do mesmo modo que os demais casos, essa indefinição culminou na ocupação de imóveis que foram sendo utilizados, comercializados e modificados de forma irregular pelos que permaneceram ou migraram para a vila (XIMENES et al, 2018).

Em Belterra a situação ainda é indefinida, mas há sinais de que a regularização fundiária está em vias de ser resolvida, facilitada por consequência da emancipação, mas tal qual aconteceu em Serra do Navio:

A transferência da titularidade fundiária efetiva da vila, dos imóveis e prédios públicos para o município de Serra do Navio não foi uma questão resolvida prontamente, o que gerou uma situação de impossibilidade de gestão efetiva do município no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e das edificações (XIMENES et al, 2018).

Nunca apresentaram documento de doação da área do Ministério (para o município) e ficou nesse impasse de transferência. Então do que eu tenho conhecimento nunca passaram para o município. Eu tenho ouvido falar de que passaram apenas algumas áreas, mas eu não tenho certeza, não posso afirmar. (Chardival Moura Pantoja Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Então agora que as terras estão sendo passadas para o domínio do município que vai fazer o aforamento para cada morador ser dono de seu lote, ser dono realmente da casa. A partir de então quando tivermos com esses documentos em mãos vamos poder fazer um financiamento, por exemplo. (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Nesse sentido também há implicações para os Municípios enquanto isso não acontece, pois a falta de regulamentação das áreas inviabiliza financiamentos para os projetos municipais.

Apenas nos anos 2000 que nós pudemos ter acesso a alguns outros projetos, muito tempo depois, de 1945 a 2000. Mas por que então não 'houveram' outros projetos? Porque isso pertence à União. E apenas em 2000 que deram um pouco de liberdade ao governo municipal para fazer a manutenção de alguns prédios. (Luiz Magno Almeida Ribeiro. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Recentemente ganhamos um recurso, via governo federal para construção do hospital de Aveiro, e foi um impasse pela questão do terreno, pois não tínhamos documentação, a prefeitura não tinha documento, o "terreno" não tinha documento, mas conseguimos através de alguns documentos provisórios e tudo já foi encaminhado para ser liberado o recurso. (...) Nós esperamos que realmente isso se regularize, pois é um impedimento. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Todo esse processo da regularização fundiária envolve vários órgãos como Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Ministério Público (MP), até mesmo outros Ministérios do poder executivo e o próprio IPHAN, o que torna o processo ainda mais custoso, pois é necessária uma integração entre todos eles somados aos de esferas estaduais e municipais.

Estamos trabalhando nisso. Mas isso é por conta do GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União), onde já tivemos várias reuniões com eles e Ministério Público, mas "esbarra" em várias questões. (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Dentre as "várias questões" das quais ele se refere, está implícita a questão ambiental que torna todo o emaranhado a despeito de Fordlândia e Belterra um caso ainda mais específico, já que as duas estão inseridas entre áreas de Unidades de Conservação, ou seja, área de proteção ambiental.

Através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que é constituído por um conjunto de Unidades de Conservação (UC's) federais, estaduais e municipais com a finalidade de proteger e conservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais e/ou promover o desenvolvimento sustentável.

A lei define Unidade de Conservação como: "*Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*".

As UC's são divididas em doze categorias, das quais três categorias se encontram nessa região. São elas: Parque Nacional da Amazônia, Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Imagem 21).

De acordo com o Capítulo III da Lei nº 9.985, das categorias de unidades de

conservação:

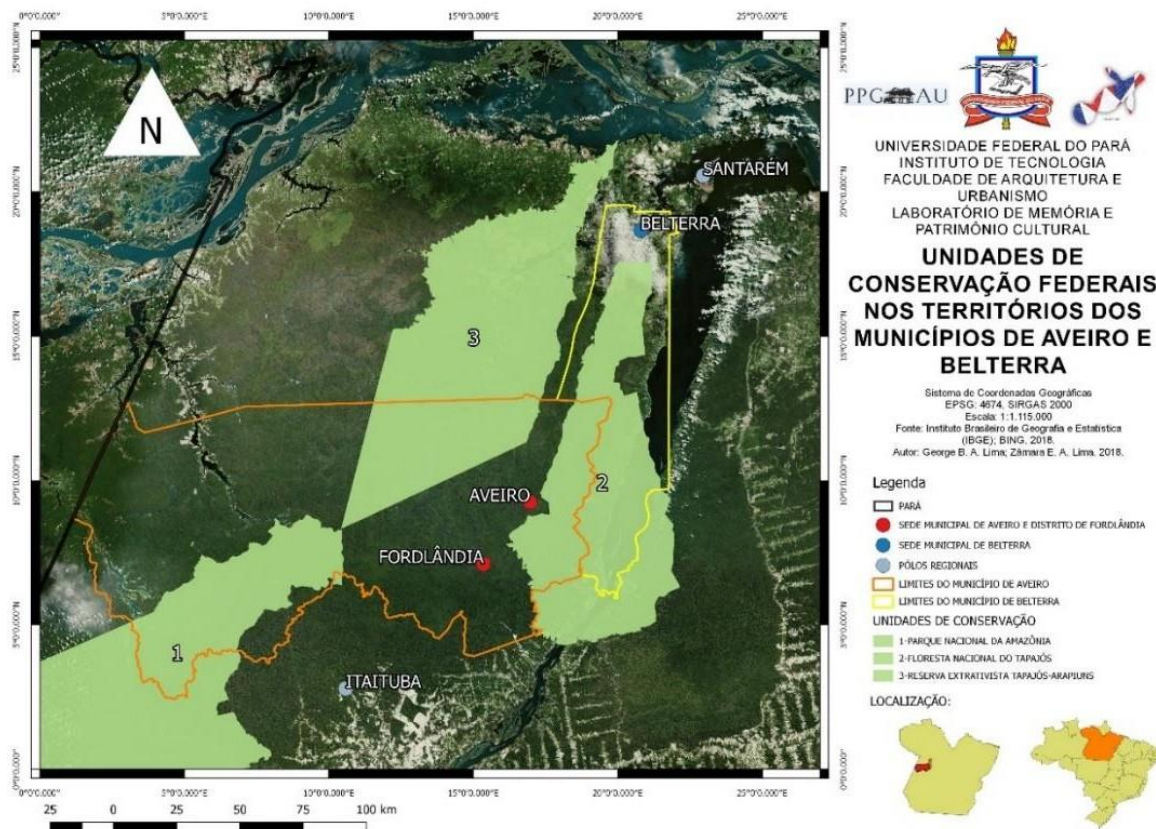
Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, I – Unidade de Proteção Integral; II – Unidade de Uso Sustentável.

Implica que:

O atual sistema brasileiro de unidades de conservação reflete exatamente esta tendência, ao dividir as espécies de áreas protegidas em dois grupos: de proteção integral – que não admite a presença humana permanente, mas apenas esporádica, com fins turísticos, educativos ou científicos – e de uso sustentável – em que a tutela presume a ocupação humana, ainda que baixa ou restrita a certos grupos (OLIVEIRA, 2010, p. 149).

Desse modo a categoria Parque Nacional pertence ao grupo das unidades de proteção integral, enquanto a Floresta Nacional e a Reserva Extrativista são categorias que pertencem às unidades de uso sustentável de acordo com a lei vigente e o Ministério do Meio Ambiente.

Imagem 6. Unidades de Conservação Federais nos Territórios dos Municípios de Aveiro e Belterra no Estado do Pará.



Autores: George Lima; Zâmara Lima.

A questão da legalização de terras aqui é um problema, na Sede de Aveiro também é complicado, principalmente na “Flona do Tapajós” e entorno é um problema sério que o município tem. E aqui (Fordlândia), como é a “questão” de ser patrimônio da união e até hoje nunca foi repassado essas terras e não foi regularizado, é um impasse que temos hoje e pode ser um impasse futuro quando encaminharmos um projeto como esse, quando for necessário o envio de documentação de terras. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado).

Existem alguns meios possíveis para a efetivação da regularização fundiária, mas é necessário haver articulações e integração, como já dito. No caso de Serra do Navio, o projeto de regularização fundiária e regulamentação urbanística foi feito em cooperação da Universidade Federal do Pará (UFPA), IPHAN e Prefeitura do Município de Serra do Navio.

A atual gestão de Aveiro diz estar buscando meios para conseguir a tão almejada regularização fundiária.

Recentemente nós não tivemos esse contato, mas acho que o Prefeito já deve ter feito alguns contatos em relação a isso. Inclusive eu acho que é o Terra Legal³ que está trabalhando nessas questões de regularização fundiária dentro dessas áreas. Mas já existe uma “conversa” em relação a isso, e inclusive esse ano já era para terem começado esse processo, agora em 2018. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Contudo, o tombamento só será possível após a execução de um projeto de regularização fundiária: com a titularidade das residências, cadastro territorial e com a elaboração de normativas que induzam à preservação, mas que possibilitem o uso presente da área urbana, o que também demanda recursos.

5. O estudo de caso

O processo de tombamento do Conjunto Urbano de Fordlândia e Belterra, ao longo de 29 anos, já percorreu muitas etapas, entre esperanças e frustrações, entre o “vai sair” e o “nunca mais falaram”, porém:

O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria. (...) De modo geral, são muitos os atores presentes neste campo de luta, como

³ Terra Legal é um programa do Governo Federal através da Subsecretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL) que tem como competência promover a destinação e a regularização fundiária de **terras públicas federais** não destinadas na Amazônia Legal. (Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>)

o próprio IPHAN, ONG's culturais, o poder político local, as associações comunitárias etc. (VELOZO, 2006, p.438)

Desse modo subtede-se que todos os atores neste campo de luta devem contribuir para que os interesses sejam emparelhados e que desse modo possa beneficiar satisfatoriamente toda a comunidade. Visto que, como dito em entrevista pela ex-superintendente do IPHAN, Dorotéa Lima (2015) “o desafio está em superar o isolamento e encontrar soluções que associem preservação, sustentabilidade e gestão”. (NUZZI, 2015)

Entretanto após todas as entrevistas o que se encontrou nas duas localidades foram descompasso entre moradores, prefeituras municipais e IPHAN, afinal, cada categoria tenta justificar os obstáculos a conservação e patrimonialização desses bens imóveis, algumas dessas dificuldades já explanadas anteriormente. Em síntese, para os moradores entrevistados, em geral, as maiores dificuldades para a conservação das casas são:

- Falta de recursos para manter a construção em madeira.
- Necessidade de mais espaço.
- A dependência do município de Aveiro. (no caso de Fordlândia)
- Falta de titularidade das casas.
- “Esquecimento” pelo IPHAN.

A falta de recursos também é apontada pelo Município como dificultador na preservação do acervo, dentre outros como:

- Necessidade de um plano de Regularização Fundiária.
- Região de reservas ambientais – Unidades de Conservação (UC's), de proteção integral e de uso sustentável.

Já para o IPHAN o que mais dificulta para a solução desses impasses e para que o tombamento seja deferido são:

- Falta de articulação entre Município, Estado e União.
- Interesse das gestões municipais.
- Falta de técnicos locais para conduzir o processo.

Em vista disso usa-se a dialética para se chegar a algumas conclusões a partir das falas desses representantes sobre o patrimônio, preservação e tombamento deixando evidente as contradições.

Iniciando pelo papel da população é sabido que tanto Fordlândia, quanto Belterra contam com associações ou conselhos de moradores que estão diretamente envolvidos em intervenções nas questões relacionadas ao patrimônio das Vilas. Durante as entrevistas foram citadas a AMAFFORD (Associação de Moradores, Amigos e Filhos de Fordlândia) e um Conselho formado por moradores de Belterra em prol da emancipação

e posteriormente do tombamento, mas que segundo relatos durante a pesquisa estava “desativado” momentaneamente.

Em Fordlândia, por exemplo, foi iniciativa de um morador, na época presidente da comunidade, a ocupação das casas da Vila Americana.

Andava na Vila Americana e via aquele monte de cupim comendo as casas, morcegos e animais peçonhentos. Fiquei com dó de aquilo se acabar e fui morar em uma das casas para conservá-la e inibir a presença dos vândalos”, explica Expedito, funcionário aposentado do Ministério da Agricultura e ex-presidente comunitário de Fordlândia, ao (CAMARGOS, 2015.)

Segundo ele, na época teria informado ao IPHAN e ao SPU através de ofício, mas ficou sem resposta e resolveu pela ocupação garantindo que reuniu com moradores para acordar que nada poderia ser mudado ou levado e caso a justiça determinasse deveria ser desocupado. Entre 2010 e 2011 as quatro casas restantes na Vila Americana foram ocupadas, sem aprovação do então prefeito de Aveiro, que argumentou que já tinha projeto junto ao IPHAN para a restauração das casas, e sem a aprovação do próprio IPHAN, mas para outros moradores locais a atitude não foi totalmente recriminada (CAMARGOS, 2015):

O professor Pedro Paulo Porto, que foi diretor da escola da localidade, procura entender os dois lados. “Muita gente tem saudosismo e queria que não mexessem nas casas, mas eles estão também zelando o patrimônio”, avalia. “Desde que eles não se apossam de forma definitiva”, ressalta. (CAMARGOS, 2015)

O arquiteto de Belterra, Lucas Rotta, relatou sobre a visita que fez à Fordlândia no período pré-ocupação quando esteve em uma das casas na Vila Americana.

Quando eu fui por lá (Fordlândia) as casas ainda não tinham sido invadidas, hoje estão todas ocupadas. Eu fui na “Casa 1”, era um espetáculo, tudo muito bem acabado. Dizem que a madeira que usaram para construir aqui (Belterra), veio de lá (Fordlândia). Acho que eles cortavam aqui, levavam para lá para beneficiamento e traziam de volta, já vinha a casa pronta, era só montar. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Um dos ocupantes, vindo de outro estado em busca de terras para cultivar, afirmou que no início sofreu pressão do restante da comunidade que alarmava para o risco de ação da Polícia Federal, mas que após a ocupação e as benfeitorias que ele realizou na casa acabaram aceitando que ele e a família permanecesse lá. (CAMARGOS, 2015)

Ainda que no primeiro momento a iniciativa de ocupação das casas tenha parecido transgressora, por outro lado pude confirmar na visita que realizei em 2014,

que as casas da Vila Americana se encontravam em bom estado de conservação (Imagem 8). Os próprios moradores se encarregam de fazer a manutenção, como limpeza do terreno, troca de madeiras e pintura, entretanto sem seguir nenhuma orientação do IPHAN.

Imagem 7: Imagem de casa desocupada na Vila Americana.



Fonte: Plano de Ação Cidades Históricas – Município de Aveiro, s.d.

Imagem 8: Casa da Vila Americana (Imagem 7) ocupada em 2011, pelas fotos é possível ver a reforma do assoalho de madeira e a conservação dos equipamentos originais do banheiro e cozinha, bem como das esquadrias.



Autora: Zâmara Lima, 2014.

O Hotel Zebu é o que está em estado mais avançado de deterioração, devido às muitas infiltrações, fungos e musgos, até a visita realizada em 2014 era ocupado por um “caseiro”, cujo a simples presença no imóvel inibe a ação de saqueadores permitindo que ainda sejam encontrados mobiliários antigos no local.

Imagem 9: Hotel Zebu apesar do avançado estado de degradação preserva o mobiliário e equipamentos de outrora.



Autora: Zâmara Lima, 2014.

Esse é apenas uma circunstância que representa a ausência de diálogos entre as partes envolvidas, nesse caso, prefeitura municipal de Aveiro, IPHAN e moradores. Sabe-se que houve um acordo entre a prefeitura de Aveiro e IPHAN através de audiências públicas onde foi formada uma parceria na qual o prefeito em exercício na época assinou um termo de compromisso de assegurar o patrimônio.

Para a procuradora (MPF/Santarém), o prefeito está se omitindo de suas responsabilidades. “Ele assinou um termo de compromisso para dar segurança ao patrimônio e não fez isso. Precisamos de garantia para repassar a responsabilidade para o município de Aveiro”, afirma Janaína Andrade. (CAMARGOS, 2015)

Por outro lado, o ex-prefeito acusou o IPHAN, à época, de prometer uma repasse do Governo Federal, para restaurar parte do patrimônio, mas que até então nada havia se concretizado. (CAMARGOS, 2015) A prefeitura de Aveiro porta um levantamento chamado Plano de Ação Cidades Históricas de Aveiro (PACH Aveiro) ao qual tive acesso e no qual está inserido Fordlândia. Segundo o PACH, a casa da Vila Americana ocupada pelo colono (Imagem 8) estava no planejamento para ser restaurada e transformada em “pousada turística”, porém segundo a prefeitura, sem o repasse e com as casas já ocupadas não houve o que ser feito. Como nenhuma casa possui titularidade em Fordlândia, não seria compreensível se opor à ocupação da Vila Americana, a não ser, é claro, pelos planos da prefeitura de atrair turistas.

Porém sem o repasse nada foi feito, não há fiscalização local, os moradores que

ocuparam as casas buscam de maneira própria mantê-las em seus traços originais.

Para alguns da comunidade, é melhor que estejam ocupadas que em ruínas.

Nós já perdemos o Hospital, que era muito bonito, onde foi realizada a primeira cirurgia plástica do Brasil, que foi em Fordlândia. Perdemos a Vila Americana parcialmente, algumas casas foram destruídas, e as casas que estão todas remodeladas, pois os próprios moradores estão fazendo senão elas cairiam. (Delmas Brito da Silva. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Não há como discordar, uma vez que desocupadas aceleram o processo de deterioração, pois ficam suscetíveis ao crescimento da vegetação, aumento da umidade, saques e depredações, como destelhamentos e roubos de móveis, equipamentos e fiações, à exemplo do que aconteceu com o Hospital Henry Ford e até mesmo com uma das casas na própria Vila Americana (Imagem 10).

Imagem 10: Ruína de uma casa da Vila Americana, onde restam apenas paredes tomadas pela vegetação.



Autora: Zâmara Lima, 2014.

Sobre a ação conjunta que deveria existir entre poder público e cidadãos com relação ao patrimônio, Ulpiano de Meneses fala que:

Para orientar as responsabilidades do poder público em relação ao patrimônio ambiental urbano, a legislação, as instituições e as práticas deveriam operar tendo como quadro o território da cidade e seus atributos diferenciais e, como alvo, criar condições favoráveis para qualificar as práticas de seus cidadãos. A realidade, porém, obedece a outras coordenadas que tornam dificilmente comunicáveis as tarefas de preservação e de ordenação urbana. (MENESES, 2006, p. 41)

Entende-se as dificuldades do IPHAN - Pará, principalmente pelos obstáculos de acesso às localidades, outras demandas e reduzido corpo técnico para atender todo o Estado. Entretanto, sabe-se que há alguns anos foram feitos levantamentos e reuniões

com os locais para orientar e esclarecer sobre o tombamento, o que foi confirmado pelos moradores nas entrevistas.

Fizeram algumas reuniões. Disseram que a intenção era restaurar os principais monumentos, caixa d'água, usina, galpão, as casas da Vila Americana, não seria todo o patrimônio, eram alguns, eles numeraram para nós fazermos esse trabalho. (Delmas Brito da Silva. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Vieram. Nesse tempo eu era presidente da comunidade. A reunião, o objetivo era reunir o povo todo né? Pra mostrar que futuramente ia ter o tombamento. Ia passar a ser o... Patrimônio Cultural, se não me engano. E todo mundo ficou alegre, mas muitos não entenderam esse negócio de patrimônio cultural e perguntavam se iam derrubar as casas porque era "tombamento" né? (risos) Perguntavam preocupados porque iam derrubar as casas. Mas eu fiquei alegre porque sabia... claro que eu sei que tombamento não ia derrubar a casa. Não é nem também uma reforma, é tipo uma... não é reforma, mas a casa ia ser totalmente modificada, não mudada a estrutura, mas pintada da cor... tudo como era antes, mas ia sair um dinheiro pra isso, um recurso pro tombamento. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em várias falas também de moradores referem-se sobre o recurso federal que seria destinado para obras em alguns imóveis tanto em Fordlândia quanto Belterra, embora haja imprecisão sobre o valor do repasse e seja dito geralmente em tom de cobrança, como o ex-prefeito de Aveiro:

"Existe um projeto de R\$19 milhões para restaurar todo o patrimônio de Fordlândia e até hoje nada aconteceu. Perguntei quem licitaria e ela (Maria Dorotéia de Lima, do Iphan) disse que era o governo federal, mas até agora só vi conversa. Ação nenhuma." (CAMARGOS, 2015)

Na época quando eles vieram aqui "cruzei" um colega, Valdeli, que trabalhava na prefeitura (de Aveiro), e veio com uma equipe da prefeitura fazer o levantamento sobre esse tombamento, eles prometeram que já tinha verba ou tem disponível, R\$18 milhões, porém "esbarrou naquilo", eles fizeram todo aquele alvoroço do levantamento e até hoje não vi nada ainda e esperamos nós que um dia venha isso pra cá. (Delmas Brito da Silva. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Com a promessa do investimento por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o projeto que já havia começado em decorrência do processo de tombamento vigente se intensificou.

Foi finalizado alguns projetos arquitetônicos de uma ou duas casas da Vila Americana e do galpão da entrada da cidade, na época que foi feito. O processo foi finalizado e encaminhado. Todo processo legal e documentação, o plano de ação do Parque do Município de Aveiro e finalizou que o recurso na época não saiu e perdemos. Não só Aveiro, como Belterra e Óbidos. Ano passado eu estive no IPHAN para saber

como estava o processo e se havia possibilidade do recurso retornar para recuperar os prédios históricos e a superintendência informou que acabou e não tinha previsão de retornar. Informou que parte desse recurso ficou apenas em Belém (capital), como sempre. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

O PAC foi um programa do Governo Federal iniciado em 2007 que destinou orçamentos para planejamento e execução de grandes obras pelo país. Em 2013, foi criado o PAC Cidades Históricas que autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan:

Coube ao Instituto a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada com a cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais. (IPHAN, s.d.)

No entanto, na lista de cidades contempladas não consta a destinação para o conjunto urbano de Fordlândia e Belterra. Dorotea Lima explica, porém, que houve dois momentos do PAC:

O primeiro PAC era interno, não existia na estrutura do governo, que o critério era: ter sido já identificado, ou pelo Estado ou pelo Município, já algum processo de patrimonialização. Então entrou (inicialmente Fordlândia e Belterra). Mas quando o PAC virou PAC nacional que foi incorporado lá pelo Ministério do Planejamento, eles restringiram à bens tombados e acabou ficando só Belém. (ex-superintendente do IPHAN, Dorotea Lima. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018 – transcrição preservando-se a fala do entrevistado.)

Porém os moradores não sabem explicar por que o projeto não foi adiante:

Mas não deu certo, não sei porquê. Ela veio duas vezes aqui, não voltaram mais. Aí esse valor ficou no meio da viagem, eu não sei onde ficou. Eu tinha até um livro, uma cartilha bonita, só que emprestei não sei pra quem e nunca me devolveu e explicaram pras pessoas como era pra ser, como era o projeto de tombamento, mas eu não sei onde ficou esse... não apareceu mais pra cá. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em Belterra os relatos foram semelhantes, moradores alegando a ida do IPHAN até lá, a promessa do tombamento e o desconhecimento do motivo pelo qual o conjunto ainda não fora tombado.

Veio sim (IPHAN) com certeza, mas eu não participei de nenhuma reunião. Geralmente eu sei que eles reuniram lá e falaram (sobre o tombamento). Falam que a casa ia ser tombada pelo Patrimônio Histórico, porém até agora não aconteceu. (Francisca Amaral Lima. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Inclusive eu estive no IPHAN em Belém, pois levamos um pedido que houvesse esse tombamento. Existe um processo lá com fotos e toda a história lá, mas até hoje nada. Eu era administrador aqui em Belterra e quando passou a ser município eu fui Secretário de Meio Ambiente, Cultura e Desportos e estava dentro de minhas responsabilidades. Então, fui à Belém, cobrei, conversei com as pessoas, mas não aconteceu nada até agora. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Enquanto isso, alguns desses moradores argumentam que pela descrença na notícia de que o tombamento realmente aconteceria passaram a modificar suas casas, porém alguns justificam que não mudaram o “padrão”, mesmo admitindo terem feito reformas nas residências, principalmente cobertura e áreas internas.

Essa é uma história que rola aqui desde quando eu me entendo por gente que dizem que já eram tombadas, porém não todas, apenas Vila Americana, Vila Mensalista, Vila Operária e as Pilões I, II e III. Essas são as que dizem que são tombadas, mas na realidade até hoje não foram. Por isso modificamos a nossa casa como queríamos. (Francisca Amaral Lima. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Antes precisávamos (pedir permissão para executar obras), mas eu não mudo o padrão da casa. (Percílio dos Santos Fernandes. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Falaram sobre tombamento, disseram que iam tomar a casa, que iam reformar. Eu fiz essa reforma, pois era de madeira e estava caindo. Não mudei a fachada, eu não mudei o padrão dela, a frente. (Lélia Silva Barros. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em um estudo de caso para reflexões sobre as políticas de patrimônio, a pesquisadora Aline Sapiezinkas (2008) descreve o caso do tombamento das casas da Travessa dos Venezianos⁴ (Porto Alegre - RS) e o que se percebeu foi:

A preocupação com a originalidade dos imóveis, associando a ideia de originalidade com o sentido da preservação, se encontra presente na fala de vários moradores. Essa perspectiva chama a atenção para o fato de que o que está sendo preservado é apenas uma referência ao passado, uma vez que os imóveis estão sendo constantemente reformados. (SAPIEZINKAS, 2008, p.95)

Ou seja, ainda que exista a preocupação de moradores em preservar, obviamente coexiste a necessidade de intervenções, como reformas e adaptações dos

⁴ A Travessa dos Venezianos é um conjunto de quinze casas construídas provavelmente entre o final do século XIX e o começo do século XX, em estilo português. (SAPIEZINKAS, 2008, p.89)

ambientes a novos usos ou necessidades das famílias que residem nessas antigas construções, “resulta que o que é preservado é o ‘estilo antigo’ da casa, ou seja, mais o conceito que informa o tombamento do que os materiais em si de que elas são feitas.” (SAPIEZINKAS, 2008, p.96)

No Projeto de tombamento para a Vila Serra do Navio, por exemplo, foram observadas e consideradas tais modificações, que somadas às “adaptações para atividades de comércio e serviços nas residências e a construção de novas edificações aconteceu amplamente, como forma de adequação das edificações à nova realidade do município.”. Eis o desafio do projeto: aliar normativas que induzam à conservação, mas que possibilitem novos usos conforme as necessidades locais. (XIMENES et al., 2018, p.13).

Sobre tais mudanças Meneses fala que:

No caso do próprio objeto tombado (móvel ou imóvel), são aceitáveis, sim, modificações necessárias, **desde que não comprometam aqueles valores declarados merecedores da proteção do poder público** (grifo nosso). Pelo contrário, certas modificações às vezes podem ser consideradas indispensáveis, em função desses mesmos valores. (MENESES, 2006, p.44)

Acontece que o preservacionismo causa uma espécie de aversão ao bem tombado, já que são gerados impasses de naturezas sociais. Para muitos moradores de cidades históricas as intervenções do IPHAN cerceiam a sua liberdade em relação às casas (SAPIEZINKAS, 2008) em outros casos são criticadas como as intervenções são feitas o que acaba fazendo com que muitos donos desses imóveis se tornem totalmente contrários a essas políticas. Em Antônio Prado, por exemplo, onde foi negado inclusive o pedido de plebiscito feito pela população, o tombamento foi visto como autoritário e compulsório, sendo alegado pelo até então SPHAN, que “muitos prédios estavam ameaçados de destruição e, se houvesse um processo de discussão, temíamos que os proprietários logo se apressariam a destruí-los.” (LEWGOY, 1996, p.7), resultou que houve até quem recorresse à justiça para impugnar o tombamento.

O tombamento, preparado há anos por estudos prévios, abateu-se como um furacão na cidadezinha. O ato surpreendente da SPHAN, (...) foi recebido com reserva, desagrado e hostilidade por proprietários indignados com as restrições impostas pelo tombamento, assim como por uma população surpresa com a magnitude das mudanças implicadas pelo novo e irreversível fato. (LEWGOY, 1996, p.1)

Entretanto, é preciso ressaltar que o tombamento em Antônio Prado ocorreu ainda nos anos 90 pela antiga SPHAN, embora este caso deva servir de exemplo e

represente conflitos gerados ainda hoje em decorrência de abordagens e intervenções inapropriadas pelas autarquias de proteção do patrimônio.

No caso aqui estudado não há registros de excessos por parte do IPHAN, foram realizadas audiências públicas, reuniões com moradores e orientações para a conservação, mas que infelizmente em decorrência da distância e falta de técnicos locais não há aproximação, informações e diálogos necessários para que se continue conscientizando a população.

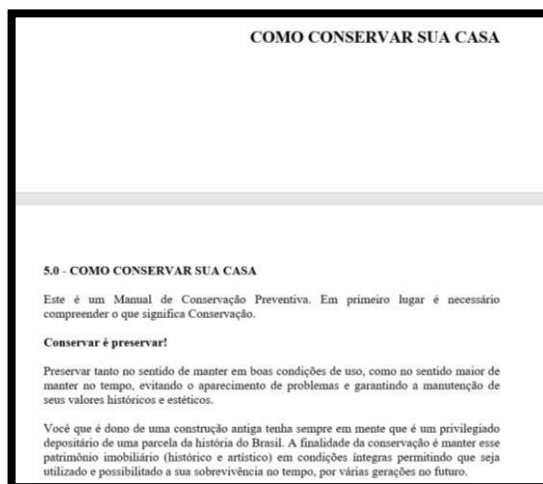
Até quando o Iphan veio aqui ele, o Iphan, a dona Dorotéia que é (na época) a superintendente do Iphan, ela falou que podia ser assim né? Podia fazer, mas com cuidado pra não descaracterizar o modelo porque ia haver um tombamento na área e a casa que não tivesse mais o original mesmo da casa, perdia... alguma coisa, não sei o que é que ela falou, perdia... Mas já faz tempo, nunca mais vieram aqui e depois disso muitas casas foram... olha a minha aqui, a janela... não era assim a janela, era diferente, mas coloquei outra. (Waldemar Gomes de Aguiar. Entrevista realizada em Fordlândia, 13/07/2017 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Outro morador cita a existência de projetos de reforma ou conservação dessas casas que poderia ser consultado pelos interessados em manter a arquitetura, mas no caso de Fordlândia não tive mais informações e acesso a esses projetos.

Em 2000 eu fiz parte de uma equipe, onde essa equipe lutava junto ao GRPU (Gerência Regional de Patrimônio da União) onde solicitamos ao menos para as casas permissões para fazer melhorias. Uma vez um arquiteto, Sr. Aldo do Ministério das Cidades chegou e disse que não era pra mexermos em uma telha sequer. Porém em 2007, em um retorno ele disse que poderíamos fazer qualquer modificação com nossos recursos financeiros. Disse que quem quisesse manter o patrimônio, tinha um projeto via Associação, Prefeitura e outros órgãos para manter a arquitetura original, com exceção do telhado. (Luiz Magno Almeida Ribeiro. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em Belterra, de outro modo, o arquiteto da prefeitura municipal citou o material que produziu para orientar os moradores sobre as residências no perímetro do centro histórico, me apresentou a cartilha, com o título “Como conservar a sua casa” (Imagem 11), uma espécie de manual de conservação onde explica o que é conservar, orienta sobre cuidados e faz recomendações para instalações e novas construções.

Imagem 11: Trecho do Manual produzido pelo arquiteto para orientar moradores de Belterra sobre a conservação das casas.



Fonte: Arquiteto Lucas Otávio Rotta/ Prefeitura Municipal de Belterra, s.d.

Todavia, o próprio arquiteto diz não ser o suficiente, pois segundo ele:

O que eles (moradores) querem é derrubar tudo, por falta de manutenção... Eles fazem da seguinte maneira: começam a construir uma casa atrás e quando fica pronta eles derrubam a da frente (de madeira). (...)Desde que eu vim pra cá, faz 8 anos, muitas casas foram derrubadas, principalmente nessa forma, "faz atrás e derruba". (...)Cheguei a fazer uma cartilha a respeito disso (alterar/derrubar), mas os moradores não se importaram. Eu fiquei desiludido, pois eles dizem que sou "de fora", que eu não sei. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Por isso ele lamenta a ausência ou inatividade do Conselho dos moradores formado em prol do patrimônio histórico-arquitetônico.

Faz um ano que eu não falo como IPHAN. Vieram aqui fizeram uma palestra, contaram tudo para a população, mas infelizmente ninguém se importa. Talvez funcionasse se o tivesse o Conselho. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

O Conselho de moradores de Belterra parecia exercer boa influência na cidade, principalmente por alguns membros terem sido administradores ou terem exercido cargos públicos municipais, no entanto, não foram revelados os motivos pelos quais estaria inativo durante o período das entrevistas, mas fica evidente em muitas falas a relevância do Conselho nesse processo.

Agora nós temos um movimento muito forte em favor da manutenção das casas, da história. Inclusive está sendo construído o Centro de Memória, o que mostra que as coisas podem melhorar. (João do Nascimento Rocha. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Conselho, que atualmente está desativado, mas queremos reativá-lo, já estamos fazendo todo o procedimento para que possamos realizar o trabalho de uma forma mais organizada. Mas já está em fase de tombamento, só está faltando mesmo reativar o Conselho. (Coordenadora de Turismo Maria Risonete da Silva Pereira. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Ou seja, se por um lado alguns moradores fazem alterações sem levar em consideração as orientações do arquiteto do Município ou do IPHAN, parte da conscientização que ainda existe em Belterra advém de outra parcela de moradores. Um exemplo é a Vila Mensalista, localizada em uma charmosa rua de bloquetes chamada Estrada Um, um dos núcleos mais homogêneos, onde as casas de madeira são conservadas em uma espécie de compromisso entre vizinhos (Imagem 12).

Quando estávamos na administração nós recomendávamos que ninguém alterasse nada aqui nessa Vila (Vila Mensalista), pois ela é uma das vilas mais simpáticas do projeto Ford. Então, não queríamos mudar nada, para manter o padrão e isso é o patrimônio histórico de Belterra, junto com a caixa d'água e os hidrantes. Nós tentávamos conscientizar os moradores. Fazemos reformas quando precisamos, mas sem descaracterizar. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Imagem 12: Casas da Vila Mensalista localizada na Estrada Um, Belterra.



Fonte: Zâmara Lima, 2017.

Também são citadas outras vilas que estariam preservadas cujo feito é atribuído ao Conselho de moradores e sobre a necessidade de reativá-lo para retomar o processo e haver a efetivação do tombamento.

Em todas as Vilas que têm esses patrimônios históricos pra eles preservassem a fachada pelo menos ou vilas como a 129 que mantesse da forma que é a arquitetura. Na 129 a maioria das casas ainda mantém a arquitetura, as paredes e a cobertura com a telha da época. A "Viveiro II" também ainda mantém. Foi a época que desativou (o Conselho) e ficou nessa fase aí. Esperamos que possamos reativá-lo para retomar o processo e a gente manter a preservação dessas arquiteturas. (Secretário de Cultura e Turismo Maria Risonete da Silva Pereira. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Na fala do Secretário de Cultura e Turismo de Fordlândia também fica evidente um diferencial na acolhida do tombamento e da ideia de preservação entre a população.

Eu acredito que em parte, nem todos os moradores têm interesse na preservação. Os próprios moradores já colocaram a ideia em ter alguém para orientar quando fizerem a recuperação de suas casas manter a arquitetura que estava anteriormente que muitos não mantêm, pois muitos não tem a consciência de manter e preservar. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Contudo, no que tange o tombamento e a preservação, não há de se esperar aceitação ou apoio massivo da população. Em outros processos usados aqui como exemplos foi de grande importância a participação dos moradores favoráveis ao tombamento no processo de convencimento, sobretudo a participação direta de Associações e Conselhos de moradores, como no caso no tombamento em Antônio Prado, onde apesar de todas as controvérsias sobre o tombamento e acusações de ingerências do IPHAN “o tombamento foi apoiado por uma costura de redes, pessoas e grupos que, cada qual com o seu interesse e projeto próprio, convergiram para alavancar a efetivação do processo de preservação”. (LEWGOY, 1996, p.5)

O essencial, inicialmente, é que haja o interesse local, de moradores e gestores municipais e de acordo com a pesquisa etnográfica e todas as falas no decorrer do trabalho fica visível o interesse de vários representantes da sociedade que veem no tombamento uma oportunidade de crescimento dos Municípios envolvidos, principalmente através do turismo ou até mesmo a esperança de que voltem aos tempos prósperos.

Na minha opinião seria uma coisa muito boa (o tombamento), pois iria resgatar esse patrimônio, que você vê que é tão bonito, está abandonado. E quanto à opinião dos demais, acredito que todos nós somos favoráveis, a comunidade não pode ser contrária porque isso beneficia, é uma coisa que vem trazer de volta a beleza de Fordlândia. Então nós torcemos que isso dê certo. Infelizmente, parte das casas tradicionais da Vila não são mais como eram antes. (Delmas Brito da Silva. Entrevista realizada em Fordlândia, 19/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Não poderia perder isso aqui, pois para o turismo é muito importante. Os turistas vêm exatamente para ver isso. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em seguida, buscar costurar parcerias com empresários locais e regionais, bem como fora realizado em Antônio Prado onde houve envolvimento de pessoas importantes na cidade como um empresário local e proprietário de uma das casas tombadas que tratou de restaurá-la e financiou a publicação de um livro sobre a cidade,

de uma professora aposentada e funcionária da prefeitura respeitada na cidade, e é de suma importância um prefeito favorável ao tombamento, o que facilitou para a rearticulação da legitimação do tombamento das casas de origem italiana. (LEWGOY, 1996)

Isso porque na Cidade Pradense, a mudança de prefeito no final da década de 80, foi determinante, pois o tombamento era hostilizado pelo anterior. (LEWGOY, 1996) Especificamente em Fordlândia essa dependência política do Município de Aveiro carece ainda mais de disposição dos prefeitos que assumam, pois, como mencionado por Dorotéa Lima:

Não é sede de Aveiro, tem uma disputa que cerca Fordlândia, o prefeito fica em uma situação por ela ser mais importante, de repente, por ter esse potencial. (Maria Dorotéa de Lima, ex-superintendente do IPHAN. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018)

Há, inclusive relatos de situações em que ex-prefeitos teriam dificultado ações ou proposto que os benefícios não fossem para Fordlândia, mas sim para a sede do Município de Aveiro.

Lá em Fordlândia tem a Prefeitura de Aveiro que não quer sequer saber de Fordlândia. Quando nós fizemos aquele projeto de revitalização que eu disse, o Prefeito de Aveiro que era o representante chegou apenas no último dia, quando o trabalho já estava pronto. Dissemos que só faltava a assinatura dele. Ele quis saber se no projeto estava Fordlândia ou Aveiro, dissemos que estava Fordlândia, e ele pediu para trocarmos para Aveiro, senão ele não assinaria. (Chardival Moura Pantoja. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 – Transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

No entanto, no período desta pesquisa o representante da gestão municipal em exercício, Secretário Fábio Pimenta, demonstrou total interesse na preservação, no tombamento e disse haver projetos e busca por parcerias para a execução deles.

Com certeza (tem interesse no tombamento), até mesmo por exemplo por conta de projetos como esse para a revitalização dos prédios históricos que estamos buscando através da parceria IFPA, Prefeitura de Aveiro, Secretaria de Cultura e Turismo de Aveiro, SEBRAE e Consocio Tapajós, é muito interessante termos o tombamento dessa área. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Portanto, à exemplo de Antônio Prado:

A parceria do trabalho deste grupo, com os técnicos do patrimônio, juntamente com as redes de poder e prestígio costuradas, aponta para a complexidade dos interesses e dos agenciamentos institucionais que convergiram para alavancar e legitimar a preservação. Mas o modo como as pessoas e grupos em Antônio Prado foram se relacionando com o tombamento fornece um significativo contraponto a este quadro,

realçando os contornos e limites deste processo. (LEWGOY, 1996, p.7)

Pois, com a participação de pessoas de todas as camadas da sociedade e de interesses variados que convirjam para a preservação “tornava-se mais viável implementar programas de persuasão da população local, assim como cuidar para que as novas normas de uso do espaço urbano fossem fiscalizadas e respeitadas”. (LEWGOY, 1996)

Segundo o Secretário de Fordlândia a intenção é conseguir a revitalização de algumas construções históricas e dar a elas uma destinação pública:

O Galpão por exemplo, nossa intenção após revitalização era utilizá-lo como uma feira livre, artesanato, por exemplo. E uma das casas da Vila Americana para o funcionamento do Museu da Borracha, mas isso seria apenas uma ideia inicial, pois conseguimos fazer apenas uma reunião. Então, o intuito dessa parceria era tentar buscar um recurso fora (recurso internacional), pois os recursos federais estavam complicados de conseguir. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Nesta fala é possível ainda destacar uma tendência que existe na destinação de prédios históricos para “usos culturais”, uma preocupação que é destacada por Ulpiano de Meneses que faz seguinte análise:

É como se as qualidades reconhecidas nesses edifícios não pudessem ser contaminadas por usos “menos nobres” atribuídos ao trabalho e ao cotidiano. (...) O desprezo pela função de habitar tem a ver com a exclusão da cultura no horizonte do cotidiano e se agrava em relação ao trabalho. (...) a cultura é concebida como um segmento da vida à parte, embora nobilitado e nobilitante, e que, por isso, deve receber atenção e uso “compatível”. Universo autônomo, seccionado dos circuitos em que a vida segue seu curso – salvo em ações, momentos e lugares privilegiados – tal cultura gera seu universo próprio, que inclui os produtos e os produtores culturais, os consumidores culturais, os equipamentos culturais, os órgãos culturais e assim por diante mas, acima de tudo, os usos culturais. (MENESES, 2006, p.37-38)

A inquietação sobre os usos culturais não implica dizer que não sejam importantes, afinal usos culturais de prédios históricos são interessantes, sobretudo para a reunir as memórias e histórias do lugar, além de ser um importante canal para a educação patrimonial, mas para Meneses (2006, p.38) “é sintomático que o poder público, com frequência além do aceitável, recorra, com mecânico comodismo, à ideia de museu, sempre que busca um uso para edifício seu de valor cultural reconhecido.” sobressaindo, desse modo, a outros usos como habitação ou trabalho, que tornam-se secundários. Todavia essa ideia pode ser reforçada em decorrência do apelo turístico.

Por outro lado, Dorotéia Lima chama atenção para a necessidade de um

encaminhamento de gestão e é categórica ao afirmar:

Não adianta tomar se não tem um encaminhamento de gestão, então nem a Universidade da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) não quer ir para lá, não adianta implantar museu, centro de ensino... (Maria Dorotéa de Lima, ex-superintendente do IPHAN. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018)

Dorotéa cita a UFOPA, pois havia uma ideia em estudo a qual foi discutida com professores da Universidade para levar extensão acadêmica do curso de Arqueologia de Santarém para Aveiro, porém foi apenas mais uma tentativa que ficou sem resultados.

Essa e outras dificuldades foram reforçadas em entrevista dada por ela ao Estado de Minas:

“Não adianta implantar museu se não tem estrutura”, afirma. Maria Dorotéa reconhece os méritos do local para o tombamento, mas não vê solução no horizonte. O Iphan tem clareza de que apenas tomar não adianta, pois não há ninguém que possa fazer a gestão do local.” (...) “Já se passaram mais de cinco anos desde que foi cogitada a possibilidade do tombamento de Fordlândia, que pertence ao município de Aveiro. Porém, após a decisão ser tomada, as casas da Vila Americana foram ocupadas. (CAMARGOS, 2015)

O Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) manifestou-se algumas vezes sobre a importância do tombamento e preservação do patrimônio histórico-cultural de Fordlândia e através de recomendações e ofícios para a Prefeitura de Aveiro cobrou que os bens fossem protegidos e fiscalizados pelo Município, assim como também fez tentativas extrajudiciais para acelerar o processo de tombamento junto ao IPHAN. Foram encontradas notícias de liminares e recomendações na sequência dos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, mas não obtiveram sucesso.

Porém, em entrevista à Revista do Brasil – Rede Brasil Atual (RBA), a procuradora Janaína Andrade do MPF – PA, concorda com a ex-superintendente do IPHAN ao afirmar que apenas o tombamento não resolveria o problema.

Só o tombamento não vai resolver, se não houver outros canais de proteção”, afirma a procuradora Janaína Andrade, do MPF paraense, que vê necessidade de políticas públicas para cuidar efetivamente da área. “A situação é difícil. Com o passar do tempo, as intempéries vêm, e são perdas que não serão recompostas. E não é só esse patrimônio. Assim como na Fordlândia, infelizmente o patrimônio cultural não tem valor. O próprio Iphan não tem estrutura”, lamenta Janaína. (NUZZI, 2015)

Segundo a notícia da Rede Brasil Amazônia (RBA), em 2015, a procuradora esteve em contato com o SPU e foi feito um pedido de seis meses para conclusão do inventário, mas não há nada além disso em que o Ministério Público possa atuar, pois

a ação civil pública não teria efeito nenhum, já que não haveria como cumpri-la e não pode obrigar o IPHAN a fazer o tombamento, apenas as recomendações que funcionam como alerta. Para Janaína, é preciso tentar despertar a consciência da população. (NUZZI, 2015)

A educação patrimonial é importante para a conscientização da população, principalmente das novas gerações, o que foi confirmado pelo Secretário Fabio Pimenta ainda não haver trabalhos nesse sentido:

Não, nesse sentido nunca foi tentado (educação patrimonial), mas seria bem interessante. Inclusive temos um coordenador de cultura que na época fez parte como técnico desse projeto, Professor Valdely. E o objetivo era esse, quando houvesse interesse de mudança na arquitetura que fossemos orientado da melhor forma para preservar essa parte arquitetônica, principalmente a questão da fachada da frente, mas é um trabalho que precisa ser feito nesse sentido. (Secretário de Cultura e Turismo Fábio Junior Moura Pimenta. Entrevista realizada em Fordlândia, 18/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Em Antonio Prado foram utilizados vários recursos para a educação patrimonial, dentre outras medidas que o autor chamou de “um esforço de disciplinamento da apropriação social do espaço urbano, com sentido restritivo e prescritivo” (LEWGOY, 1996, p.9) como a instalação de um escritório técnico da SPHAN, na cidade. Como medidas educativas adotadas, a SPHAN se pautou:

Por um trabalho pedagógico de legitimação das novas significações patrimoniais que acompanham a preservação, comprometidas com o postulado da conscientização dos moradores de Antônio Prado da importância de resgatar o passado e orgulhar-se de seu patrimônio. Este foi o caso do cartunista caxiense Iotti, que introduziu no jornal Panorama Pradense historietas em quadrinhos com o personagem Nono (avô, em italiano) passeando em Antônio Prado, falando com os moradores, elogiando o tombamento e persuadindo os proprietários a aceitarem o valor de seu patrimônio. Ainda nesta primeira fase, foram confeccionados brinquedos pedagógicos, como quebra-cabeças com as casas tombadas, figuras em madeira representando personagens típicos da cidade, serigrafias das casas tombadas em camisetas e bordados, além de jogos infantis sobre a história da cidade e da imigração italiana, tudo isto integrando uma estratégia de ação patrimonial, cujo alvo preferencial são as novas gerações. Também foram elaboradas cartilhas explicativas à população, em que se enfatizava a contribuição do imigrante, seu trabalho árduo, seus costumes e sua religiosidade, como frutos de um tempo ao qual as casas tombadas estariam indissoluvelmente ligadas. A própria colocação das cores nas cartilhas obedeceu a um imperativo tático, predominando o verde e o vermelho, presumidas pelos técnicos como de maior apelo afetivo, visto serem as cores da bandeira italiana. (LEWGOY, 1996, p.10)

Além disso também foram elaboradas cartilhas e trabalhos conjuntos com a rede

municipal de ensino com exposições sobre a cidade e visitas guiadas de alunos aos museus em colaboração com a Universidade de Caxias do Sul. Todos esses esforços em conjunto para que a conscientização leve a preservação e todos possam se reconhecer nesse patrimônio como identidade local.

Para Fordlândia e Belterra ainda restam dúvidas sobre o tombamento, a única certeza é que estará cada vez mais distante conforme as casas vão sendo alteradas. É notório, no entanto, que Belterra, por todos os motivos expostos nesse trabalho tem mais chances de ter sucesso nessa longa empreitada da patrimonialização, mas ainda existe um percalço, como lembra o Arquiteto Lucas Rotta:

Está Fordlândia e Belterra junto (no processo de tombamento). Eu pedi para desmembrarem, pois Fordlândia não vai nunca, pois não é cidade, é uma comunidade de Aveiro. Aqui tá fácil. O SPU doou 1.700 hectares para Belterra, então todo esse centro aqui já é município e Fordlândia não é, ainda é SPU. (Arquiteto Lucas Otávio Rotta. Entrevista realizada em Belterra, 24/09/2018 - transcrição preservando-se a fala do entrevistado)

Dorotéia Lima, diz que enquanto superintendente do IPHAN também teria sugerido o desmembramento e explica:

Eu já sugeri que poderia desmembrar. Mas também a proposta do IPHAN que foi trabalhada por nós e depois quando Brasília entrou, eles acham que tinham que tombar tudo, mas eu acho muito grande. Por exemplo no caso de Fordlândia eles queriam até tombar o cemitério. E mesmo Belterra eu acho que devia ser concentrar naquela área central, embora sejam muito interessantes aquelas Vilas mais distantes, mas em termos de gestão é complicado. A não ser realmente com um grande projeto. Eu acho um grande potencial, mas aqui é muito difícil fazer articulação com prefeituras. As prefeituras apenas se interessam quando “colocam dinheiro na mão deles”. (Maria Dorotéia de Lima, ex-superintendente do IPHAN. Entrevista realizada em Belém, 26/11/2018)

Porém, até a conclusão dessa pesquisa não há confirmação de que o desmembramento do processo de tombamento do Conjunto Urbano de Fordlândia e Belterra seja realizado. Enquanto isso, a conservação das casas em madeira que contam a história da “utopia de Ford na Amazônia” vai dependendo da disposição da população local.

6. Considerações finais

O fator que se apresenta como decisivo para a patrimonialização é a emancipação (municipalização), pois o problema é agravado em Fordlândia, haja vista a maior distância e isolamento, além de ser Distrito e a pouca atenção do Município de Aveiro. Afinal como Belterra foi emancipada está em via de uma regularização fundiária e se mostra com mais perspectivas, inclusive para o tombamento do centro histórico. Nesse caso, é possível que haja o desmembramento do processo em curso.

Todavia, há esperança para Fordlândia, pois como foram citados, há casos de tombamentos incertos que apesar das dificuldades, ao final, foram registrados no livro de tomo do IPHAN, como a Vila Serra do Navio (AP). Para tanto é necessário que primeiro haja a regularização fundiária e que sejam costuradas redes de interesses entre os vários setores da sociedade local e contar com o apoio de outras instituições privadas e públicas que possam atuar tanto em estratégias de orientação e persuasão da população quanto nas questões políticas e burocráticas.

Os casos do tombamento mais antigo em Antônio Prado (RS) e o mais recente em Serra do Navio (AP) são bons exemplos a serem estudados e com muitas possibilidades a serem adotadas. Em ambas ficam evidentes a imprescindível participação das Universidades e Instituições de Ensino, desde as pesquisas até os processos de regularização fundiária e o tombamento.

Contudo, vale ratificar que o tombamento é apenas um ato administrativo que confere valor institucional ao bem patrimonial, mas a conservação é um ato compartilhado e contínuo, pois sem os cuidados necessários e um encaminhamento de gestão o tombamento não será o suficiente para garantir a conservação das vilas e pode gerar ainda mais conflitos caso não seja bem conduzido.

Referências

ASSMANN, Aleida. A gramática da memória coletiva. In: Humboldt 86, Bonn, Goethe-Institut Inter Naciones, 2003. p. 2-4.

AVEIRO (PA). Lei Municipal nº134/2017, de 26 de outubro de 2017. Criação do Distrito de Fordlândia no Município de Aveiro. Aveiro, PA, out. 2017. Disponível em: <<https://www.aveiro.pa.leg.br/leis/leis-municipais-atuais/exercicio-2017/lei-municipal-no-134-2017>>

AVEIRO. IBGE Cidades: Censo/2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/aveiro/panorama>>

BELTERRA. IBGE Cidades: História & Fotos. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/historico>>

BELTERRA. IBGE Cidades: Censo/2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra>>

BOGÉA, Marta; ALMEIDA, E. Esquecer para preservar. Arqtexto, UFRGS, v 15, 181-209, 2009. BRUGNERA et al., 2016)

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>

CAMARGOS, Daniel. O Eldorado que enferrujou. Estado de Minas, 2015. Disponível em: <<https://www.em.com.br/especiais/fordlandia/>>

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade / UNESP, 2001.

DUARTE, Cristiane R. S. Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. In: Encontro Nacional de Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Maria Leticia M. Os Fios da Memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. In Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013.

HISTÓRIA - VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA (Santo André - SP). Portal IPHAN, s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/387/>>

INSTITUTO de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tabela de Processos de Tombamento. jan/2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>

LEWGOY, B. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 5, n. 5-6, p. 1-24, 30 mar. 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antonio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor; AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da

preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. *Patrimônio: atualizando o debate* [S.l: s.n.], 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html>

NUZZI, Vitor. Fordlândia, um império perdido na Amazônia. Rede Brasil Atual – Revista do Brasil, 12 de jul. de 2015, ed. 108. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2015/07/imperio-perdido-na-amazonia-1177/>>

OLIVEIRA, Ludmila J. D. Regularização fundiária de unidades de conservação. In Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, ano 9, n.32/33, jan./dez., 2010.

PAC Cidades Históricas. Portal IPHAN, s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p 3-15.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia oriental**: especificidade, processos e transformações de um modelo urbanístico. 2001. 158f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

SAPIEZINKAS, Aline. Do patrimônio histórico ao patrimônio cultural: diálogos e interações na aplicação das políticas públicas de preservação. Habitus, Goiânia, 2008.

UGLIONE, Paula. Arquivo Mnemônico do lugar: memória e histórias da cidade. 2008. 250f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Arquitetura – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VELOZO, Mariza. O fetiche do patrimônio. Habitus, Goiânia, 2006.

XIMENES, Juliano; RODRIGUES, Roberta; AVELAR, Wallace. Vila Serra do Navio: ordenamento territorial e preservação do patrimônio moderno. In III SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. Belém, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi agregador à pesquisa que as visitas a campo tenham sido feitas em períodos distintos, pois possibilitou acompanhar o processo de alteração das casas em Fordlândia (antes/depois) e serviu para desconstruir a ideia de que a preservação observada até então era resultante de uma memória coletiva que almejava pela preservação, pois como foi explanado durante o trabalho, apenas a memória e a história não garantem a preservação.

Para tanto são necessárias também serem costuradas redes de interesses entre os vários setores da sociedade local e contar com o apoio de outras instituições privadas e públicas que possam atuar tanto em estratégias de orientação e persuasão da população quanto nas questões políticas e burocráticas.

Há grandes dificuldades nesse processo dentre elas as longas distâncias entre o IPHAN e a região do baixo Amazonas, onde se localizam as vilas. Portanto há o desafio, não só para o IPHAN, inclui também o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará (DPHAC) através da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT), de interiorizar as suas práticas de preservação, orientação e principalmente de fiscalização havendo a necessidade de se criar escritórios locais para atender a essa demanda, à exemplo do que foi feito pela então SPHAN na cidade de Antônio Prado (RS).

Os casos do tombamento mais antigo em Antônio Prado (RS) e o mais recente em Serra do Navio (AP) são bons exemplos a serem estudados e com muitas possibilidades a serem adotadas. Em ambas ficam evidentes a imprescindível participação das Universidades e Instituições de Ensino, desde as pesquisas até os processos de regularização fundiária e o tombamento.

Reitero o potencial das Vilas de Ford para a patrimonialização e como roteiro turístico, pois além do componente histórico-cultural há também atrativos naturais na região, mas Belterra atualmente se apresenta com mais possibilidades haja vista a emancipação, a regularização fundiária, a organização local de um Conselho de moradores e também a presença de um arquiteto do Município que pode orientar e atuar junto ao IPHAN nas questões de preservação.

Recomenda-se aprofundar o tema sobre o uso do turismo como estratégia de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural e para desenvolvimento sustentável local, que se indica para pesquisas futuras.